



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

WILLIAM DA SILVA LIMA

**RAÇA NO SERVIÇO SOCIAL: uma análise de como raça, racismo e etnia estão
presentes na produção científica do Serviço Social brasileiro.**

RECIFE

2023

WILLIAM DA SILVA LIMA

RAÇA NO SERVIÇO SOCIAL: uma análise de como raça, racismo e etnia estão presentes na produção científica do Serviço Social brasileiro.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Vivian Matias dos Santos

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lima, William da Silva.

RAÇA NO SERVIÇO SOCIAL: uma análise de como raça, racismo e etnia estão presentes na produção científica do Serviço Social brasileiro / William da Silva Lima. - Recife, 2023.

66 : il.

Orientador(a): Vivian Matias dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2023.

1. Serviço Social. 2. Produção científica. 3. Raça. 4. Racismo. 5. etnia. I. Santos, Vivian Matias dos. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

WILLIAM DA SILVA LIMA

RAÇA NO SERVIÇO SOCIAL: uma análise de como raça, racismo e etnia estão presentes na produção científica do Serviço Social brasileiro.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 09/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vivian Matias dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Flávia Clemente da Silva (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a minha família, sobretudo a minha mãe Sandroelma Maria da Silva e meu padrasto Enival Feitoza da Silva. Uma mulher que já adulta cursou até o ensino médio e um homem analfabeto, que sempre acreditaram em mim e me deram, dentro das nossas limitações, as condições objetivas e subjetivas para alcançar um sonho coletivo de acessar uma universidade pública e desse lugar almejar uma vida melhor para nós.

A minha bisavó Maria Quitéria da Silva, mulher negra, analfabeta, parteira e empregada doméstica, nunca teve a menor oportunidade de aprender a escrever seu próprio nome, tem hoje seu nome gravado neste TCC. Sinto saudades.

Agradeço às minhas amigas, “As articuladas”, que sempre estiveram comigo e fizeram dessa caminhada tão desafiadora, um pouco mais leve. Amo vocês.

Também agradeço e dedico este trabalho aos/as que vieram antes de mim e que tem trilhado um legado de resistência e contribuições valiosas na academia e atuação profissional, cito: Auxiliadora Martins, Flávia Clemente, Tatiane Melo e Henrique Costa, docentes negros/as da UFPE que me acolheram com afeto.

À brilhante e afetuosa filha de Oxum, Girlana Diniz, minha supervisora de Estágio Curricular I, que me ensinou a importância da ousadia e coragem para estremecer as estruturas nos espaços que ocupamos. Você foi a melhor supervisora que alguém poderia ter. Eterna referência. Obrigado por tanto.

Impossível não dedicar este trabalho à minha orientadora, Vivian Matias, que nesses últimos anos foi extremamente importante para minha permanência na universidade e na minha construção como um ser crítico e desobediente. Por seu comprometimento com a luta antirracista e uma pedagogia libertadora, fui estimulado a provocar o eurocentrismo e almejar desafios maiores. Aliados agem como tal. Sou muito grato a você e ao nosso encontro.

Por fim, dedico este trabalho para o William de 2017. No dia 23 de janeiro de 2017 você escreveu em seu diário *“Tenho andado triste e incompleto porque tirei nota baixa no Enem e agora percebo que será difícil conseguir entrar na faculdade. Gostaria de estudar Serviço Social ou História. Mas enfim, é vida que segue. Não vou desistir, isso não faz parte de mim. Eu vou conseguir, eu vou continuar sonhando e vou vencer”*. Bom, você conseguiu! Não foi fácil, mas disso já sabíamos. Você chegou até aqui, nunca reprovou, nunca foi para uma final. O racismo tenta roubar nosso crédito, tenta nos fazer desacreditar de nossa potencialidade, mas conseguimos. Tenho muito orgulho de nós.

RESUMO

O Brasil é, dentre várias coisas, um país racista. Este é um problema a ser enfrentado por todos, sobretudo pelo Serviço Social que atua diretamente com as políticas públicas, onde o racismo se expressa, sendo estrutural. Este trabalho de conclusão de curso busca compreender como se dá a produção científica sobre raça, racismo e etnia no Serviço Social brasileiro, tomando como referência as revistas “Serviço Social & Sociedade” e “Katálysis” de 2012-2022, ambas de grande importância na área e com classificação A1 Qualis Capes (Avaliação quadrienal 2013-2016). Para alcançar os objetivos desejados utilizamos a pesquisa bibliográfica e a bibliometria como recursos metodológicos capazes, quando combinados, de potencializar as análises, indo além da exposição de dados, possibilitando assim uma reflexão crítica. A análise documental foi possível a partir dos volumes disponíveis *online* na fonte de indexação SciElo. Apostamos em uma fundamentação teórica “amefricana” que desobedece e se contrapõe ao eurocentrismo e sua lógica de universalização e imposição de verdades científicas postas como não apenas válidas para todas as realidades sociais, mas como unicamente válidas. Nesse sentido, buscamos desaprisionar as mentes bebendo de uma base pluri-epistêmica, tendo os saberes historicamente silenciados como centrais. Verificou-se que nos dez anos de análise a revista Serviço Social & Sociedade publicou apenas 18 artigos que fazem discussões étnico-raciais e a Katálysis publicou 36, o que representa 5,1% e 5,8% do total de publicações, respectivamente. Esses números expressam o silenciamento das questões étnico-raciais na produção científica, que está entrelaçado com a lógica de centro e periferia científica também observada nas análises, onde observamos que autorias do Sudeste brasileiro são privilegiadas para publicação assim como para ocupar espaços de poder e decisões (conselhos e comissões editoriais). Toda prática profissional deve estar orientada sobre bases teóricas, então, quais bases teóricas sustentam a produção de conhecimento e, conseqüentemente, o fazer profissional das/os assistentes sociais no Brasil? Qual tem sido a formação teórica que os estudantes de Serviço Social no Brasil têm recebido para lidar com o racismo, que com certeza, se apresentará nos espaços profissionais? A presença ou ausência de determinadas discussões, teorias e epistemologias na produção científica de uma área de conhecimento e, neste caso específico, do Serviço Social, deve ser percebida como indissociável dos processos de formação e exercício profissional.

Palavras-chave: Etnia; Produção científica; Raça; Racismo; Serviço Social.

ABSTRACT

Brazil is, among many things, a racist country. This is a problem to be faced by everyone, especially by Social Work that works directly with public policies, where racism is expressed, being structural. This course completion work seeks to understand how scientific production on race, racism and ethnicity occurs in Brazilian Social Work, taking as reference the journals “Serviço Social & Sociedade” and “Katálisis” from 2012-2022, both of great importance in the area and classified A1 Qualis Capes (quadrennial evaluation 2013-2016). To achieve the desired objectives, we used bibliographical research and bibliometrics as methodological resources capable, when combined, of enhancing the analysis, going beyond data exposure, thus enabling critical reflection. Document analysis was possible from the volumes available online at the SciElo indexing source. We bet on an “Amefrican” theoretical foundation that disobeys and opposes Eurocentrism and its logic of universalization and imposition of scientific truths considered not only valid for all social realities, but as uniquely valid. In this sense, we seek to unprison minds by drinking from a pluri-epistemic base, with historically silenced knowledge as central. It was found that in the ten years of analysis, the magazine Serviço Social & Sociedade published only 18 articles that make ethnic-racial discussions and Katálisis published 36, which represents 5.1% and 5.8% of the total number of publications, respectively. These numbers express the silencing of ethnic-racial issues in scientific production, which is intertwined with the logic of center and scientific periphery also observed in the analyses, where we observe that authors from the Brazilian Southeast are privileged for publication as well as for occupying spaces of power and decisions (boards and editorial commissions). All professional practice must be oriented on theoretical bases, so what theoretical bases support the production of knowledge and, consequently, the professional work of social workers in Brazil? What has been the theoretical training that Social Work students in Brazil have received to deal with racism, which will certainly be present in professional spaces? The presence or absence of certain discussions, theories and epistemologies in the scientific production of an area of knowledge and, in this specific case, Social Work, must be perceived as inseparable from the training processes and professional practice.

Keywords: Ethnicity; Scientific production; Race; Racism; Social Service.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção científica na Revista Serviço Social & Sociedade (2012-2022).....	26
Gráfico 2: Produção científica na Revista Katálysis (2012-2022).....	27
Gráfico 3: Incidência, ao longo dos anos na Revista Serviço Social & Sociedade.	31
Gráfico 4: Incidência, ao longo dos anos na Revista Katálysis.	36
Gráfico 5: Descritores - Serviço Social & Sociedade.....	41
Gráfico 6: Descritores - Katálysis.....	43
Gráfico 7: Mapeamento regional - Serviço Social & Sociedade.....	49
Gráfico 8: Mapeamento regional - Katálysis.....	50
Gráfico 9: Vinculação institucional - Serviço Social & Sociedade.....	58
Gráfico 10: Vinculação institucional - Katálysis.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE RAÇA NO SERVIÇO SOCIAL	12
1.1 APRESENTAÇÃO DOS PERIÓDICOS ANALISADOS	15
1.1.2 Revista Serviço Social & Sociedade	16
1.1.3 Revista Katálisis	18
1.2 BREVES E INICIAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PERIÓDICOS	19
1.3 DIANTE O SILÊNCIO, A RETIRADA DA MÁSCARA - PROTAGONISMO DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS NA PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE AS QUESTÕES RACIAIS NO SERVIÇO SOCIAL.	22
CAPÍTULO II: PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE RAÇA, RACISMO E ETNIA	24
2.1 INCIDÊNCIA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE RAÇA, RACISMO E ETNIA	26
2.2 CRONOLOGIA DE PUBLICAÇÃO DOS ARTIGOS QUE DISCUTEM RAÇA, RACISMO E ETNIA	30
2.3 ANÁLISE DOS DESCRITORES	40
2.3.1 Rastros de silenciamentos: colocando a máscara	44
CAPÍTULO III - MAPEAMENTO REGIONAL E INSTITUCIONAL: uma análise da geopolítica e economia política do conhecimento	48
3.1 COLONIALIDADE DO PODER: DIANTE O ATREVIMENTO À FALA, O SILENCIAMENTO	53
3.2 VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

O racismo se mistura com a história do Brasil. É determinante na formação sócio-histórica, na configuração das classes sociais, no modo de produção, na construção do Estado, na cultura, padrão de beleza, etc. O Brasil foi gestado de um estupro colonial, onde os corpos e mentes foram violados. País que foi construído desde o seu início com o trabalho escravo, foi também o último das Américas a abolir a escravatura, mas mesmo depois de 135 anos de “abolição”, persiste em preservar o racismo.

Nesse sentido esta monografia busca compreender como se dá a produção científica sobre raça, racismo e etnia no Serviço Social brasileiro, tomando como referência os volumes disponíveis *online* das revistas Serviço Social & Sociedade e Katálysis, de 2012-2022, reconhecidas como importantes periódicos da área.

Essa questão de pesquisa surge do entendimento que as discussões étnico-raciais são centrais para compreensão de um país que teve mais de trezentos anos de dominação e exploração colonial, onde a construção da sociedade, surgimento e desenvolvimento capitalista, imprimem raça (MARTINS 2020). País onde as desigualdades de classe são, sobretudo, desigualdades raciais e de gênero (cisheteropatriarcais). É nessa perspectiva que buscamos compreender como a produção científica do Serviço Social brasileiro entende, ou não, a importância dessas discussões e como elas aparecem em sua produção e divulgação científica.

Tivemos para essa análise os seguintes objetivos específicos: 1) identificar a incidência de artigos que versam sobre raça, racismo e etnia; 2) mapear a vinculação regional e institucional dos artigos selecionados, analisando a geopolítica e economia política do conhecimento, e 3) analisar a política editorial e a composição dos conselhos e comissões editoriais.

A partir desses objetivos buscamos responder: Qual importância tem as discussões étnico-raciais nas revistas Serviço & Sociedade e Katálysis? Estas revistas percebem como relevante a descolonização do conhecimento? Enquanto graduandos e profissionais que bebem dessas revistas na formação e atuação profissional podemos provocar: O que sabemos? Quais temáticas nos têm sido apresentadas? Quais autores/as nos têm sido apresentados/as como referências?

Para dar conta dos objetivos, a metodologia utilizada é permeada por completo da pesquisa bibliográfica, possibilitando assim, investigar os dados obtidos por meio do recurso da bibliometria. Método este, que permitiu a análise documental dos volumes disponíveis

online na plataforma de indexação SciELO. A metodologia mais detalhada se encontra no início do segundo capítulo.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado “Algumas considerações sobre raça no Serviço Social” buscamos situar desde a gênese da profissão, de forma breve, como “raça” tem sido discutida na profissão. Também apresentamos as revistas analisadas “Serviço Social & Sociedade” e “Katálisis” a partir das informações que as mesmas disponibilizam de forma *online* no site de indexação SciELO. Por fim, neste capítulo, ressaltamos a importância das mulheres negras como protagonistas nos tensionamentos e discussões teóricas sobre a importância e necessidade das discussões étnico-raciais no Serviço Social brasileiro.

No segundo capítulo, “Produção científica em Serviço Social sobre raça, racismo e etnia” apresentamos a incidência de publicações sobre a temática pesquisada. Em sequência analisamos a incidência, ao longo dos anos, de publicações tomando como referência o período de 2012-2022. Como também buscamos compreender, a partir da análise dos descritores, quais categorias têm sido mais utilizadas para abordar essas discussões.

Já no terceiro e último capítulo “Mapeamento regional e institucional: uma análise da geopolítica e economia política do conhecimento” compartilhamos as informações encontradas sobre a vinculação regional e institucional dos artigos selecionados. Assim como discutimos, ou pelos menos buscamos provocar, as relações de dominação inerentes à colonialidade, com o que sabemos, o que aprendemos.

Faz-se urgente descolonizar as mentes, romper com hegemonias epistêmicas e epistemológicas que provocam silenciamentos, compreender que não basta reconhecer que o Serviço Social brasileiro tem suas peculiaridades, em decorrência da formação sócio-histórica, se na prática essas questões não são evidenciadas. Nesse sentido, qual o papel da divulgação científica nisso?

CAPÍTULO I - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE RAÇA NO SERVIÇO SOCIAL

O Brasil carrega uma longa história de mais de 350 anos de escravidão, onde o racismo criou raízes muito profundas. O racismo e a situação precária de vida da população negra escravizada brasileira não foi algo que acabou com a "canetada" de uma Princesa benevolente no dia 13 de Maio de 1888. Muito pelo contrário, daquele dia em diante, após a conquista de abolição da situação de escravizados, os negros recém libertos estavam nas ruas, a mercê de sua própria sorte. Ao falar sobre isso, Renata Gonçalves (2018) diz o seguinte:

O Estado brasileiro, alicerçado pelo ideário da superioridade branca, cuidou de organizar e legitimar o tratamento vil que seria destinado a ex-cativos(as). O Código Penal de 1890 tornou-se um importante instrumento jurídico que transformou em práticas criminais as manifestações da cultura negra (a capoeira, a feitiçaria, o curandeirismo, etc.) e passou a regulamentar e qualificar como delito o ócio, mesmo aquele que resultava da recusa em contratar força de trabalho por causa de seu defeito de cor. Leis, Atos, Decretos, etc. que se seguiram evidenciam a preocupação da administração pública com esta gente, julgada preguiçosa, que perambulava pelas ruas. (2018, p.518).

Gonçalves (2018) nesse trecho deixa bem evidente a atuação que a administração pública, o Estado, tinha com a população negra recém liberta: **continuar a reprimir e negar sua cidadania**. Cidadania essa, em disputa até hoje. Nada que o povo negro brasileiro tem acessado da sociedade é dado, sempre foi e continua sendo reflexo do enfrentamento e luta de uma população que no projeto colonial brasileiro e depois dele, sempre foi colocada à margem da cidadania plena. Mas que nunca deixou de lutar e disputar espaços. O acesso à educação, moradia, saúde, trabalho, só tem sido possível através de muito esforço e luta. Geruza Sabino, Daniel Calbino e Izabel Lima (2022) no artigo “A trajetória dos movimentos negros pela educação: conquistas e desafios” fazem uma linha do tempo da luta da população negra pela educação e destacam o seguinte:

Após a abolição da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, a lenta inserção dos negros nas escolas oficiais se constituía em um dos principais problemas para a inserção no mundo do trabalho. Os ex-escravizados ficaram abandonados à própria sorte sendo rejeitados pelos donos da produção no que tange a vagas de empregos. Enquanto isso, as discussões das políticas públicas passaram a versar acerca do embranquecimento populacional, centrado no apoio aos imigrantes europeus [...]. (2022, p. 05)

Sem a menor intenção e interesse de inclusão da população negra na sociedade, após a conquista da liberdade, o Estado brasileiro negou a essa população qualquer direito humano. Logo, sem trabalho, educação, moradia, alimentação, saúde... a população negra foi posta à

margem da sociedade. Não à beira, mas jogada do abismo da sociedade. E enquanto isso, o Estado brasileiro dava todas as possibilidades para imigrantes europeus virem para cá, branquear a população e ocuparem os postos de trabalho livre e remunerado.

Após mais de 40 anos da conquista da libertação da situação de escravizados, a população negra chega na década de 1930 ainda nesta configuração de não-cidadania. Tendo isso, o Serviço Social que tem sua gênese no Brasil neste período, como vai tratar a questão racial? Mais uma vez consultando Gonçalves (2018):

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. (2018, p.515).

O Serviço Social brasileiro tem sua origem nessa configuração, de cultura racista, inclusive reforçada pelas práticas de alguns profissionais, como apontou Renata Gonçalves acima, que evidencia no histórico da profissão investidas eugenistas a partir do consumo e apoio de ideologias racistas e burguesas, como o mito da democracia racial. No texto “Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997” - Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento, fazem o seguinte apontamento:

No Brasil - e nos países chamados “latinos” da América em geral -, as teorias da convivência harmônica entre as raças, e da mestiçagem étnica e cultural levaram à negação da necessidade específica de luta anti-racista. Ao resolver a “questão social”, a discriminação iria sumir magicamente, e quem não acreditasse nisso era racista às avessas. (2000, p. 218)

Em diálogo com o apontamento acima, Aline Nascimento Santos Correia (2020), no texto “O silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro”, é ainda mais direta sobre as ideologias burguesas no interior da profissão:

A “democracia racial” exerceu um papel importante na naturalização das determinações étnico-racial na conformação da “questão social” brasileira e, somam-se a ela, os meios de apropriação do marxismo pela profissão, fazendo com que a luta antirracista no Brasil fosse vista e analisada dissociada da luta anticapitalista. (...) o silêncio em torno de uma questão histórica, tão importante

com repercussões materiais fundamentais para o objeto de trabalho do Serviço Social, só pode ser atribuída ao racismo estrutural que impregna a formação, a produção intelectual e o exercício profissional. (2020, p. 134)

O racismo estrutural e institucional compõe uma das vigas que estruturam o sistema de exploração/dominação capitalista, e pode também ser observado historicamente no interior do Serviço Social, seja na formação ou atuação profissional de Assistentes Sociais. Sobre este impacto, Carolina Maria de Jesus (1992), em seu livro “Quarto de despejo - diário de uma favelada” nos escritos de 21 de maio de 1958 faz duras críticas ao Serviço Social daquela época, ela diz: “Revoltei com o Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conta da existência infaustas dos marginais. [...] Eu não vejo eficiência no Serviço Social em relação ao favelado. Amanhã não vou ter pão” (1992, p.40-41).

Carolina de Jesus foi uma importante pensadora negra brasileira, mas por ser mulher negra e favelada, sua voz foi silenciada junto ao ronco de fome que ela sentia. O Serviço Social, naquela época, e em certa medida ainda hoje, não prioriza em sua análise da realidade, no caso brasileiro, a questão racial, que como aponta Renata Gonçalves (2018) é o nó da “questão social”. Logo, a revolta de Carolina de Jesus, uma mulher negra, escritora marginal, favelada, é legítima. Ela denunciava já naquela época que faltava algo ao Serviço Social. Algo que não cabia dentro do caráter conservador, moralista filantrópico, e da “militância dos elementos femininos” das primeiras Assistentes Sociais, como apontou Yamamoto (2014). Faltava uma consciência crítica acerca do racismo e da necessidade de se colocarem enquanto profissão e profissionais antirracistas.

Tendo isso, como raça e racismo é discutido ou aparece, na produção de conhecimento em Serviço Social no Brasil? E, especificamente importante para este trabalho monográfico, como raça, racismo e etnia estão presentes nos trabalhos publicados nos periódicos Serviço Social & Sociedade e Katálysis?

Camila Manduca Ferreira (2010), na sua tese de mestrado “O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)”, faz uma análise sobre a *Revista Serviço Social*, e ao falar sobre a ausência de discussões teóricas acerca da questão do negro, expõe:

Para se ter uma idéia, nos quarenta e sete números publicados até 1947 na Revista Serviço Social há referências veladas aos negros. A iconografia, por outro lado, prova que se os negros não estavam presentes nos artigos da Revista Serviço Social, estavam na realidade. As capas dos primeiros números exibem fotografias de uma população usuária dos serviços sociais em São Paulo, em creches, centros de assistência e abrigos, repleta de negros. (2010, p. 12-13)

Diante do exposto por Ferreira, questiono, as revistas “Serviço Social & Sociedade” e a revista “Katálysis” mudaram os rumos da ausência da discussão teórica sobre raça? Ainda consultando Ferreira (2010):

(...) a principal revista de Serviço Social do país na atualidade, a Serviço Social e Sociedade, tem, entre os seus cento e dois números publicados (até junho de 2010), apenas três artigos envolvendo temáticas “étnico-raciais”: no número 79 (2004) “*As abordagens étnico-raciais no Serviço Social*” de Matilde Ribeiro (RIBEIRO, 2004), ressaltando a militância de assistentes sociais nos movimentos negros emergentes nos idos de 1980; no número 81(2005) “*A questão racial na Assistência Social: um debate emergente*” de Sarita Amaro (AMARO, 2005), sobre políticas de ação afirmativa; e no número 99 (2009) “*A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social*”, de Roseli da Fonseca Rocha (ROCHA, 1999). (2010, p. 10)

Essa denúncia¹ de Ferreira (2010) nos indica que o silenciamento sobre raça e racismo é histórico nas discussões teóricas que alicerçam a produção de conhecimento na área e, assim, podemos refletir sobre o que este processo significou e tem significado para a formação e atuação profissional.

Relevante explicitar que esse silenciamento não indica a ausência de demandas. Ferreira sobre isso diz, “[...] o silêncio sobre os negros na produção incipiente do Serviço Social não é um acidente mnemônico, mas um silêncio – e “silêncio não é sinônimo de ausência” (SCHWARCZ, 2001, p. 52) – que *eloquentemente tem algo a nos dizer sobre a própria constituição do Serviço Social no Brasil*”. (FERREIRA, 2010, p. 13). E Tereza Cristina Santos Martins (2020) ao referenciar Menezes reforça, “[...] o silêncio também revela um posicionamento”. (MARTINS, 2020, p. 150).

Portanto, a quantidade de artigos que tratam sobre raça e racismo e como eles aparecem nos periódicos analisados, reflete um silêncio que na verdade é um posicionamento.

1.1 APRESENTAÇÃO DOS PERIÓDICOS ANALISADOS

Este trabalho de conclusão de curso, toma como referência de análise a produção científica publicada nos periódicos “Serviço Social & Sociedade” e “Katálysis” no período compreendido entre os anos 2012 e 2022. Ambos os periódicos de mais alto nível de relevância nacional na área, classificação A1 Qualis Capes², e que também têm exposição

¹ Quando digo denúncia, me refiro à exposição de fatos e provas que a autora revela, que sustentam a tese do silenciamento das discussões sobre raça e racismo nos periódicos analisados.

² Referência: Avaliação quadrienal 2013-2016.

internacional. Para acesso aos referidos periódicos, tomamos como base os volumes disponíveis na fonte de indexação SciELO - Scientific Library Online³.

1.1.2 Revista Serviço Social & Sociedade

A revista Serviço Social & Sociedade surgiu na parceria entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com a editora Cortez, hoje classificada como A1 na avaliação quadrienal Qualis Capes. De periodicidade quadrimestral, teve seu primeiro volume publicado em setembro de 1979 e foi o primeiro periódico da área a alcançar divulgação nacional. De acordo com a apresentação da revista na SciELO⁴, ela tem os seguintes objetivos:

Dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, bem como contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social, enfocando, preferencialmente, temas que dizem respeito à realidade brasileira e latinoamericana.

A revista foi criada em um contexto do fim da ditadura militar e do processo de redemocratização do país contra o autoritarismo, conjuntura marcada por grande mobilização social, com greves, mobilização sindical, reorganização dos movimentos sociais, etc. Segundo a apresentação da mesma na SciELO:

(...) a revista Serviço Social & Sociedade, apresenta uma política editorial pautada pela diretriz de dar voz a essa valiosa produção acadêmica e profissional dos assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, repercutindo também o desenvolvimento sociopolítico do Serviço Social e o pensamento de suas entidades representativas.

Raquel Raichelis, Maria C. Yazbek, Mariangela Belfiore e Maria L. Martinelli (2019), no ensaio “Revista Serviço Social & Sociedade: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro”, apontam:

A revista buscou assumir-se desde as origens como um espaço de debate plural e democrático, que pudesse expressar o confronto e a livre manifestação de ideias e posições existentes na categoria profissional, com uma direção social comprometida com a construção de um projeto profissional radicalmente crítico e emancipador [buscando] dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e pesquisadores das ciências sociais e humanas... (2019, p. 503)

³Todos os números disponíveis online na SciELO da revista Serviço Social & Sociedade (<https://www.scielo.br/j/sssoc/grid>) e da revista Katálýsis (<https://www.scielo.br/j/rk/grid>).

⁴Sobre o periódico: <https://www.scielo.br/journal/sssoc/about/#editors>

Por mais que a revista se apresenta como um espaço de debate plural, de dar visibilidade para as valiosas contribuições na produção de conhecimento de assistentes sociais, resgato uma referência já exposta, Ferreira (2010), a qual denuncia que **desde a criação da revista Serviço Social & Sociedade em 1979 até 2010, apenas três artigos abordaram a discussão racial**. Com isso me pergunto, que debate plural, no Brasil, país com mais da metade da população autodeclarada negra, não inclui raça e racismo? A quem tem sido dada visibilidade e reconhecimento de contribuição valiosa, ao ser publicado na revista?

Também é necessário informar que os autores/as de artigos selecionados para publicação na revista precisam contribuir (pagar), como é informado no tópico “Orientação para envio e apresentação de artigos” na SciElo:

A Revista on-line tem acesso aberto e gratuito e, para que ela continue dessa forma com acesso ao conhecimento para todos e todas, comunicamos que a partir do número 141, os(as) autores(as), cujo artigo foi avaliado e aprovado para publicação, deverão contribuir com o valor de R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais) ou \$ 100.00 (cem dólares). Esse valor será usado para cobrir os custos dos processos editoriais (...) Além disso, caso seu artigo seja selecionado para ser publicado em idioma estrangeiro (inglês ou espanhol), deverá ser acrescentado o valor de R\$18,00 (dezoito reais) ou \$ 4.00 (quatro dólares) por lauda traduzida (entende-se por 1 lauda = 1.400 caracteres)

Faz-se necessário questionar: Quem pode pagar para publicar um artigo na revista Serviço Social & Sociedade? Existe relação entre o fato da revista ser editada por uma empresa privada, a editora Cortez, e a necessidade de contribuir com os custos? Visto que, outros periódicos, assim como a revista *katálysis*, também disponibilizada de forma online e gratuita, não exige contribuição financeira.

Atualmente a revista conta com 11 pessoas compondo o Conselho editorial, sendo 10 mulheres e 1 homem, negro alias. Visível e indiscutivelmente reconhecidos⁵, apenas identifiquei 2 pessoas negras, 1 homem, o Renato Francisco dos Santos Paula (Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiás/GO, Brasil) e a Jussara Francisca de Assis (Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói/RJ, Brasil), única, inclusive, que se autodeclara como mulher cis, negra e de religião de matriz africana, no site Escavador, evidenciando a importância da publicização da autodeclaração, sendo possível, a partir disso, fazer análises mais precisas sobre questões como raça/cor e gênero.

⁵ Com visível e indiscutivelmente, quero dizer que essa pessoa tem pele preta ou parda, cabelo crespo e traços negros, observação a partir do acesso a fotos na internet. Logo, uma pessoa lida socialmente como negra.

Portanto, o conselho é composto majoritariamente por mulheres brancas sudestinas, sendo das 11 pessoas que compõem a equipe do conselho editorial, 6 do sudeste, 2 do nordeste, 1 do norte, 1 do sul, e por fim, 1 do centro-oeste. Outras 20 pessoas compõem o conselho editorial ampliado.

1.1.3 Revista Katálysis

Criada em 1997, a revista Katálysis é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, classificada atualmente como A1 pelo Qualis/Capes, tem periodicidade quadrimestral, com reconhecimento internacional. De acordo com as informações básicas do periódico na SciELO⁶:

A Revista Katálysis destina-se à publicação de trabalhos sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. Cada edição focaliza uma unidade temática, previamente definida pela Comissão Editorial, tendo em vista sua importância dentro do contexto social contemporâneo, mas reserva um espaço para publicar trabalhos que tratem de outros assuntos, desde que relacionados ao Serviço Social.

Com origem na década de 1990 a Katálysis viveu um outro contexto social e histórico de contrarreformas e desmontes do Estado, com fortes ataques aos direitos adquiridos pelos grupos e movimentos sociais inscritos na constituição de 1988, a partir do avanço do neoliberalismo no país. Isso, inclusive, impacta nas temáticas que a revista compreende como relevantes a serem publicadas.

A política editorial, se sustenta também a partir desse entendimento de "relevância", como descrito no texto de apresentação da revista no tópico "Escopo e política", "A Revista Katálysis, em cada fascículo, prioriza a publicação de artigos de pesquisa científica relevantes para a área temática". Nesse sentido, pergunto: Raça e racismo aparecem como discussões relevantes na revista katálysis?

Diferente da revista Serviço Social & Sociedade, a revista Katálysis enfatiza em seu texto de apresentação na SciELO seu vínculo e editorial pela universidade pública e a valorização da mesma:

⁶ Sobre o periódico: <https://www.scielo.br/journal/rk/about/#about>

Por seu vínculo com uma universidade pública, contribui para a construção de espaços públicos de socialização do conhecimento científico, acumulando, desde 1997, um rico acervo de informações, análises, fontes teóricas, debates e experiências.

Atualmente conta com uma comissão editorial composta por 6 membros titulares e 4 suplentes. Diferente da comissão editorial da revista *Serviço Social & Sociedade*, a *Katálysis* não tem nenhum homem na comissão editorial, sendo composta apenas por mulheres, todas elas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Das 6 mulheres que compõem a comissão titular, apenas 1 é negra, visível e indiscutivelmente. Sendo a única presença negra, contando a comissão titular e suplente.

A revista ainda conta com um conselho editorial composto por 38 pessoas, mais descentralizado, conta com a presença de conselheiros de outras regiões do país e internacionais. Tendo em sua composição intelectuais de grande relevância no Serviço Social brasileiro, como Marilda Iamamoto, Aldaíza Sposati, Ana Elizabete Mota, Ivanete Boschetti, Sergio Lessa, etc.

1.2 BREVES E INICIAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PERIÓDICOS

Não encontrei informações sobre como as comissões editoriais e conselhos são formados, nem as antigas formações editoriais, das duas revistas analisadas. Nesse sentido, as análises no que tocam a composição editorial das revistas é com base nas informações atuais, disponibilizadas na SciELO.

Acredito que, a partir do que já foi exposto, seja possível caracterizar elementos que permeiam as duas revistas em análise, assim como provocar:

Seria por acaso que duas das mais importantes revistas no campo do Serviço Social estejam situadas na região Sul e Sudeste?

Existe alguma relação entre a pouca representação de pessoas negras nas comissões e conselhos editoriais, e como as discussões sobre raça e racismo aparecem nessas revistas?

Será que consideram necessária a descolonização do conhecimento na hegemonia do Serviço Social?

Sobre o aspecto regional, é importante enfatizar que a produção de conhecimento obedece uma lógica eurocêntrica e racista de centro versus periferia, constituindo quem recebe mais recursos financeiros e materiais para produção de conhecimento, quem está

legitimado/a como detentora de conhecimento e, dessa forma, pode transmitir conhecimento, etc. Sobre esse aspecto, Vivian Matias dos Santos (2022, p.132), nos diz:

A periferia científica brasileira é composta pelas regiões cuja população é predominantemente negra: Norte, Nordeste e Centro-Oeste são construídos por 80,9%, 75,4% e 63,8% de pessoas pretas e pardas, respectivamente (IBGE, 2020). Por sua vez, o centro científico é composto pelas regiões Sul e Sudeste, as únicas com uma população predominantemente branca: 74,7% e 50,5% (IBGE, 2020)

A partir desse apontamento, percebe-se que a ideia de dominação que estabelece centro e periferia científica não está relacionada apenas à região territorial e à lógica econômica, mas também articulada à raça. Logo, alcançar a descolonização dos conhecimentos e dos currículos no Serviço Social, envolveria, necessariamente, uma descentralização, um desmantelamento da ideologia de dominação de centro e periferia, que é global e que também se expressa na produção científica no Brasil, não sendo diferente no Serviço Social.

Nilma Lino Gomes (2020) no texto “O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos”, expõe:

Descolonizar os currículos é reconhecer que, apesar dos avanços dos séculos XX e XXI, a colonialidade e o próprio colonialismo ainda se mantêm incrustados nos currículos, no material didático, na formação das professoras, dos professores, das gestoras e dos gestores da educação. A colonialidade se materializa no pensamento arrogante e conservadora de educadores diante das diversidades étnicas, racial, sexual e políticas existentes na escola e na sociedade. Ela se torna realidade pedagógica por meio de uma seleção de mão única dos conteúdos a serem discutidos com estudantes, os quais priorizam somente um determinado tipo de abordagem sobre várias e desafiadoras questões sociais, políticas e culturais do país, da América Latina e do mundo, em vez de disponibilizar para discentes e público em geral as várias e diferentes leituras e interpretações sobre a realidade. (2020, p. 231-232)

Diante do exposto por Lino Gomes, percebe-se o nível de responsabilidade das comissões e conselhos editoriais, afinal é a comissão e conselho editorial quem define a política editorial, o que também se reflete no que será publicado. É esse grupo de pessoas, já postas como referências, que contribui para a definição de quem são as referências, sobre quais temas a categoria deve se debruçar em estudar e atuar - atua também na definição de quem tem legitimidade para produzir conhecimentos que balizam a formação e atuação profissional e quem não tem.

Como exposto por Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020) “O racismo também será um princípio organizador daqueles que podem formular um

conhecimento científico legítimo e daqueles que não podem” (2020, p. 11). Grosfoguel (2020) vai além ao falar sobre como a ideia de colonialidade concebe o racismo:

[...] a ideia de colonialidade estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade. O racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas de seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano). (2020, p.59)

Logo, as comissões e conselhos editoriais das revistas que estão em análise, e das demais da área em circulação, tem função importante na manutenção da lógica colonial ou na descolonização da produção de conhecimento e dos currículos. Se isentar dessa responsabilidade é na verdade reforçar e contribuir para a perpetuação do racismo e epistemicídio, comprometendo a atuação profissional. Sobre o epistemicídio e seus efeitos de destruição e morte, Sueli Carneiro (2005) é didática:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Fazendo crítica à elaboração cartesiana de produção de conhecimento, um aspecto importante do epistemicídio, que produz um saber “universal”, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020) fazem a seguinte afirmação:

(...) o privilégio do conhecimento de uns tem como corolário a negação do conhecimento de outros, da mesma forma que a afirmação da existência de uns tem como lado oculto a negação do direito à vida de outros: “a desqualificação epistêmica se converte em instrumento privilegiado da negação ontológica” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 145). (2020, p. 12)

O racismo sendo estrutural e, logo, institucional, também se expressa no Serviço Social. O que será publicado, quem será reconhecida/o como referência, etc, nas revistas analisadas, é alvo de tensões e disputas nesta sociedade racista. Acredito que pelo o que foi apresentado da atuação profissional diante a questão racial, é possível observar que os silenciamentos acerca dessa questão se apresentam de forma histórica, desde o surgimento do Serviço Social no Brasil, e também se expressam na produção de conhecimento, nesse caso, em periódicos de maior reconhecimento da área.

A partir da incidência de artigos que abordam raça, racismo e etnia, que analisaremos a seguir, é possível afirmar que há uma hegemonia na produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro: privilegia a análise de classe, como também privilegia intelectuais do sudeste e sul e pessoas brancas. Portanto, parece existir evidência de que a composição das comissões e conselhos editoriais, têm relação de como as questões sobre raça e racismo são ou não abordadas e discutidas nos periódicos. Quem são essas pessoas que compõe comissões e conselhos editoriais? Quais são seus interesses? Quais suas linhas de pesquisa? Onde se situam regionalmente e institucionalmente?

1.3 DIANTE O SILÊNCIO, A RETIRADA DA MÁSCARA - PROTAGONISMO DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS NA PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE AS QUESTÕES RACIAIS NO SERVIÇO SOCIAL.

Grada Kilomba (2019) ao falar sobre a “*máscara de silenciamento*”⁷, se referindo a ferramenta de tortura colonial que foi a máscara utilizada pela Escravizada Anastácia, faz as seguintes indagações:

(...) por que deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o *sujeito branco* teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com verdades da/o “Outra/o”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos. (2019, p. 41)

Em 1989 no VI CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), algumas Assistentes Sociais negras por meio de suas teses marcaram a importância das análises e

⁷ Ao descrever a máscara de silenciamento, Kilomba (2019) aponta: “Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura.” (2019, p.33)

discussões sobre raça e racismo no Serviço Social. Joilson Santana Marques Junior (2013) destaca:

No VI CBAS foram apresentadas duas teses: a) Tese 7- Autoras: Maria José Pereira, Matilde Ribeiro, Suelma Inês Alves de Deus. Estado: São Paulo; “A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora”: b) Tese 8 – Autoras: Magali da Silva Almeida; Fátima Cristina Rangel Sant’Ana ; Estado: Rio de Janeiro; “O Serviço Social e os bastidores do racismo”. É preciso reconhecer que a questão racial já permeava o fazer profissional desde os seus primórdios, mas é em 1989 que ela passa a ser reivindicada por algumas assistentes sociais como uma categoria de análise. (2013, p. 4)

Então, o VI CBAS em 1989, é um marco que potencializou as demandas das Assistentes Sociais negras sobre a necessidade da discussão da questão étnico-racial no âmago do Serviço Social brasileiro. É importante ressaltar a ousadia dessas mulheres negras que evidenciaram suas presenças e tensionamentos na profissão a muitos anos. A respeito disso, Moreira (2021) destaca:

A ousadia dessas mulheres negras em produzir essas teses e apresentá-las no maior evento da categoria profissional, se constitui como um marco histórico de extrema importância e, sem dúvidas, contribuiu e foi fator decisivo para trazer a questão étnico-racial à baila para o interior do Serviço Social brasileiro [...]. (2021, p. 94).

Dessa forma, ao expressar em suas teses a urgência de tratar raça nas análises da categoria profissional, essas Assistentes Sociais negras romperam com os silêncios nas produções teóricas da categoria e com isso iluminaram caminhos para uma longa trajetória, onde em sua maioria, estudantes, pesquisadores, Assistentes Sociais negras/os, “como militantes” têm tensionando a produção de conhecimento da área, radicalizando a discussão racial.

Porém, mesmo a profissão dando passos teórico-críticos na formulação de estudos e práticas profissionais a partir do protagonismo das Assistentes Sociais negras, as questões raciais ficaram ainda a "panos mornos" na análise dialética de classe. José Paulo Netto (1999, p. 5) diz, “[...] todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições”.

Nesse sentido, a incorporação, reconhecimento coletivo da importância da discussão étnico-racial, bem como a forma com que ela aparecerá no interior da profissão, como exemplo nos periódicos aqui analisados, vai depender também das disputas e dos tensionamentos nas comissões e conselhos editoriais, no interior da profissão, por meio das/os Assistentes Sociais, assim como das/os estudantes de graduação, mestrado e

doutorado, e dos/as próprios/as usuários/as, como observado acima através de Carolina de Jesus.

CAPÍTULO II: PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE RAÇA, RACISMO E ETNIA

A produção científica se tornou objeto de minhas curiosidades enquanto pesquisador ao experienciar na graduação a Iniciação científica, que faz parte da minha vida acadêmica desde o terceiro período, onde em dois projetos consecutivos (2020-2021 e 2021-2022) nos debruçamos em compreender, a partir de uma perspectiva situada e parcial, a produção de conhecimento sobre raça, racismo e etnia, assim como o pensamento feminista negro, na produção científica no campo dos estudos sobre gênero e feminismos na Sociologia brasileira de 1996-2016.

Tomamos como base as publicações nos periódicos de referência nacional nesta área – classificação A1 e A2 Qualis/CAPES quadriênio 2013-2016 – e nos Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia promovidos pela Sociedade Brasileira de Sociologia. As publicações analisadas para as referidas pesquisas estão agrupadas no banco de dados que foi elaborado pelo HYPATIA – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Ciências e Culturas da UFPE.

Foi nestas pesquisas onde tive contato com a pesquisa bibliográfica e a bibliometria como recursos metodológicos capazes de proporcionar uma análise quali-quantitativa. Técnicas e recursos metodológicos estes, que permeiam esta monografia.

As inquietações e questionamentos destas pesquisas de iniciação científica na sociologia nos levaram a perguntar: Como se dá a produção científica sobre raça, racismo e etnia no Serviço Social brasileiro? A partir disso, mais uma proposta de pesquisa de iniciação científica foi submetida e aprovada no edital UFPE/CNPq PIBIC 2022-2023, sendo desta vez a produção científica do Serviço Social o universo da pesquisa.

Portanto, esta monografia dá continuidade e aprofundamento à investigação da pesquisa de iniciação científica, ainda em andamento, intitulada: “Raça, racismo e pensamento feminista negro no Serviço Social brasileiro (2012-2022)” onde buscamos compreender como se dá a produção de conhecimento sobre raça, racismo e etnia, assim como a presença do pensamento feminista negro, tendo como referência os Anais dos Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais e a Revista Serviço Social & Sociedade.

É na seara de todos os aprendizados e questionamentos das pesquisas de iniciação científica que buscamos compreender nesta monografia como raça, racismo e etnia estão presentes, ou não, na produção científica do Serviço Social brasileiro, tomando como referência os periódicos “Serviço Social & Sociedade” e “Katálisis” de 2012 a 2022, disponíveis *online* no site de indexação SciELO.

O mapeamento dos artigos aqui analisados foi realizado por meio de busca manual nos volumes disponíveis na fonte de indexação a partir da análise das palavras chaves, mas também por meio dos títulos e resumos das publicações, utilizando os descritores “raça” “racismo” “negro (a)/(os)/(as)” “indígenas” “povos originários” “etnia (cidade)/(étnica)” “quilombo/bola” “racial (raciais/racialização)” “genocídio” “etnocídio” “interseccionalidade” “antirracismo” “escravismo e cotas”.

A escolha desses descritores levou em conta a importância no Brasil dessas categorias para as discussões étnico-raciais. A partir do mapeamento realizado construímos uma planilha contendo os artigos selecionados para dessa forma realizar uma análise quali-quantitativa, ao articular juntas, a pesquisa bibliográfica e a técnica da bibliometria como potencializadores.

A bibliometria surge como recurso metodológico nas ciências no início do século XX como uma “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico [...] como sintoma da necessidade do estudo e da avaliação das atividades de produção e comunicação científica” (ARAÚJO, 2006, p. 12). Nesse sentido, por meio da abordagem bibliométrica realizaram-se diversos e importantes estudos de medição de produtividade de cientistas, números de periódicos nas diversas áreas do conhecimento, quantificação de citações, etc.

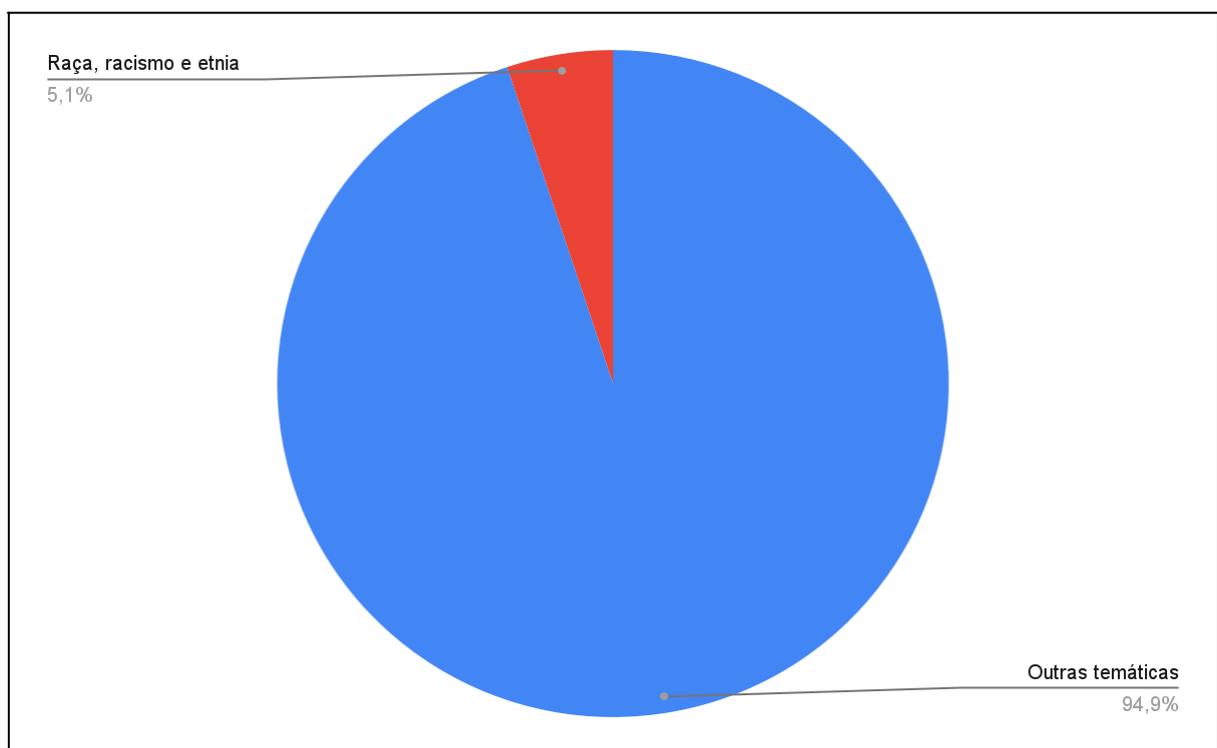
Nesta monografia utilizamos a técnica bibliométrica junto a pesquisa bibliográfica para ir além de meramente quantificar os dados, mas compreender criticamente a partir de uma análise qualitativa de referencial teórico *amefricano*⁸, como a produção científica no Serviço Social brasileiro tem abordado as questões étnico-raciais.

⁸ Amefricanidade é uma categoria político-cultural cunhada por Lélia Gonzalez ao reconhecer nossa formação social enquanto diáspora, que sofre influências do processo de dominação colonialista. Ao fazer críticas a lógica imperialista de dominação e subalternização que desconfigura o continente americano ao estabelecer a América do Norte com a AMÉRICA, ela diz: “Quanto a nós, negros, como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos enquanto descendentes de africanos se permanecemos prisioneiros, “cativos de uma linguagem racista”? Por isso mesmo, em contraposição aos termos supracitados, eu proponho o de *amefricanos* (“amefricans”) para designar a todos *nós*. (GONZALEZ, 2020, p. 134). Nesse sentido, o referencial teórico que norteia esta monografia se contrapõe ao eurocentrismo e sua lógica de universalização, de verdade absoluta, que silencia outras formas de compreender a realidade, ao buscar desaprisionar as mentes bebendo de uma base pluri-epistêmica, tendo os saberes historicamente silenciados como centrais.

2.1 INCIDÊNCIA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE RAÇA, RACISMO E ETNIA

Dos 334 (trezentos e trinta e quatro) artigos publicados de 2012 a 2022 na revista *Serviço Social & Sociedade* apenas 18 (dezoito) discutem raça, racismo e etnia, o que equivale a 5,1% dos artigos publicados. Conforme apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Produção científica em Serviço Social sobre raça, racismo e etnia na Revista Serviço Social & Sociedade (2012-2022)

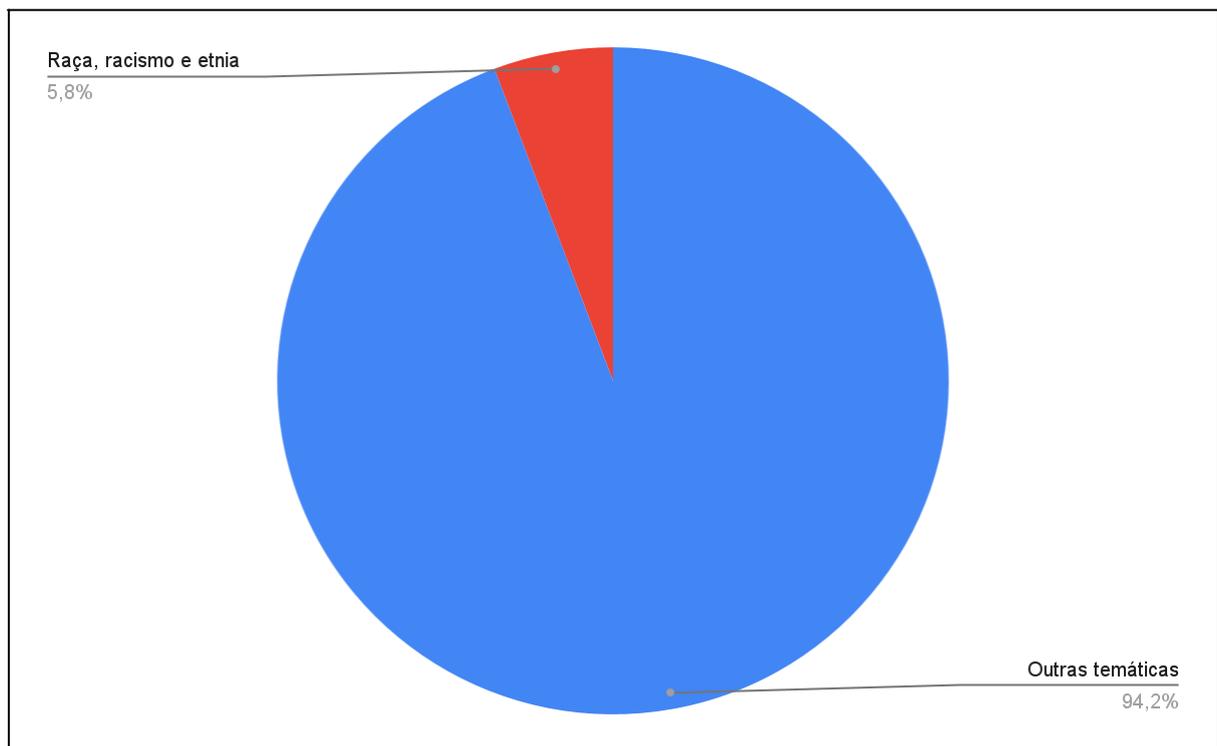


Fonte: Elaboração nossa por meio de levantamento dos volumes disponíveis na fonte de indexação SciELO.

A delimitação temporal de dez anos tem duas justificativas, a primeira é devido aos volumes disponíveis *online*, a revista *Serviço Social & Sociedade* só tem volumes disponíveis *online* a partir de 2010. E o segundo motivo, é que em 2012 foi sancionada a Lei 12.711 (Lei de cotas) e, assim, esse recorte temporal nos permite refletir como esta conquista das lutas negra e indígena pode ter impactado na produção científica de forma mais ampla e, de forma mais específica, na produção de conhecimento pelo Serviço Social, considerando a importância desse marco legal na construção de uma sociedade mais justa.

Isso posto, como a incidência da discussão de raça, racismo e etnia se dá na revista *Katálysis*? Ao mapear os volumes disponíveis na fonte de indexação, foram encontrados em um total de 590 (quinhentos e noventa) artigos, 36 (trinta e seis) artigos que versam sobre raça, racismo e etnia, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Produção científica em Serviço Social sobre raça, racismo e etnia na Revista *Katálysis* (2012-2022)



Fonte: Elaboração nossa por meio de levantamento dos volumes disponíveis na fonte de indexação SciELO.

Estes percentuais muito se assemelham aos resultados obtidos no projeto de iniciação científica de 2020-2021, intitulado “Raça, racismo e pensamento feminista negro na Sociologia brasileira (1996-2016)”, onde eu e Vivian Matias dos Santos somos autores. Buscamos entender a incidência dos artigos sobre raça, racismo e etnia, no campo dos estudos sobre gênero e feminismos na sociologia brasileira. Vale lembrar que a Sociologia é fonte de conhecimento da qual bebe o Serviço Social. Em mapeamento nos periódicos de classificação A1 e A2 Qualis/Capes (avaliação referente ao quadriênio 2013-2016) e nos anais do Congresso Brasileiro de Sociologia, obtivemos, ao analisar os dados, que do total de 1.302 artigos (que compõem o banco de dados elaborado como referência para o PIBIC),

apenas 80 (oitenta) artigos são referentes a estudos sobre raça, racismo e/ou etnia, o que graficamente representa 6% dos artigos.

Faço esse comparativo, por que esse percentual de 5,1% na revista *Serviço Social & Sociedade* e de 5,8% na revista *Katálysis* expressam uma lógica racista estrutural/institucional de silenciamento na política científica. Grada Kilomba (2019) define racismo estrutural e institucional como:

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e *People of Color* estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de *racismo estrutural*. [...] como o termo “instituição” implica, o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os *sujeitos brancos* em clara vantagem em relação a outros grupos racializados. (2019, p. 77-78)

Com isso, como expresso por Kilomba (2019) “o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado”, dessa forma, podemos observar esse silenciamento da discussão sobre raça, racismo e etnia nas revistas em análise como o que de fato é, expressões na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro, do racismo estrutural e institucional que produz e reproduz silenciamentos, seja na produção de conhecimento acerca de raça, racismo e etnia, assim como no silenciamento de sujeitos/as negros e negras e indígenas, como também aliados/as ao antirracismo, que tensionam esse silêncio na produção de conhecimento da área e afins. Compreendendo o caráter estrutural do racismo, Silvio Almeida (2019) expressa a necessidade de mudanças profundas:

O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucional, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (2019, p. 50)

Comungo com Almeida (2019) e pensando sobre as mudanças na produção de conhecimento é imperativo que as revistas de divulgação científica se comprometam com uma agenda antirracista de combate ao racismo. Fazem-se necessárias mudanças profundas, que envolvam os objetivos e metas das revistas, que esteja inserido na política editorial e nas comissões e conselhos, ou seja, mudanças de caráter estrutural e institucional para enfrentar

um problema também estrutural e institucional. Diante do racismo não adianta apenas o discurso, este precisa estar acompanhado da ação, de na prática enfrentá-lo. “A mudança na sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracista.” (ALMEIDA, 2019, p. 52)

Lembrada com a devida importância por Andréa Pires Rocha (2022), Maria de Lourdes do Nascimento, importante Assistente Social brasileira, negra, militante e comprometida com a luta antirracista na profissão, mas que infelizmente como expressão do racismo têm sido silenciada e esquecida, em um dos seus escritos sobre a importância do registro de nascimento de crianças negras, diz, “[...] uma pessoa sem registro é considerada morta.” (2022, p. 282). Em diálogo com a produção de conhecimento, o silenciamento das questões étnico-raciais pode ser comparado à falta de registros. Não existimos?

Dialogando com Maria de Lourdes do Nascimento e com Sueli Carneiro (2016) é possível compreender esses percentuais como posicionamento de morte diante as questões étnico-raciais e do próprio sujeito negro brasileiro, por que como denuncia Carneiro (2016) “o epistemicídio fere de morte.”

Como posto por Lino Gomes (2018, p.240) “[...] racismo epistêmico que não somente despreza e invisibiliza o conhecimento produzido pelos intelectuais negros e negras brasileiros e estrangeiros, como também apresenta uma leitura atenuante do racismo e das desigualdades raciais, sobretudo no Brasil”. Aline Nascimento Santos Correa (2020) no texto “O silenciamento da questão etnicoracial no Serviço Social brasileiro” ao falar sobre o silenciamento dos debates étnico-raciais nos PPCs, e da relação da questão racial e questão social, aponta:

[...] levantar o debate na formação profissional sobre as desigualdades étnico-raciais associadas à história econômica e política da formação social brasileira é possibilitar aos/as assistentes sociais a chance de compreender o racismo estrutural sobre o qual se ergueu o capitalismo brasileiro e romper com o mito da “democracia racial” que serve à dominação burguesa. Não podemos esquecer o mito da “democracia racial”, pois, como ideologia dominante, ela serviu para esconder a existência de um racismo estrutural manifesto no plano da vida material da parcela majoritária da classe trabalhadora racialmente discriminada. Assim, como conjunto de valores interiorizados pela sociedade brasileira, o mito passou a fazer parte do conjunto de ideias explícitas e/ou implícitas em todas as dimensões da vida social, inclusive no conjunto de ideias que nortearam historicamente a formação profissional. [...] É essa armadilha que o Serviço Social precisa enxergar na formação profissional e na produção do conhecimento para que os/as assistentes sociais não reproduzam a lenda da “democracia racial”. (2020, p. 132-133)

Por mais que as revistas em seus textos de apresentação na fonte de indexação SciELO se apresentem como “espaços de diálogo coletivo” de dar voz e espaço para produções “relevantes” para categoria profissional e afins, os gráficos até aqui apresentados nos mostram que as revistas podem estar fazendo discussões importantes em suas publicações, mas fazem isso ainda silenciando, ou no mínimo, marginalizando questões étnico-raciais. Dialogando mais uma vez com essa grande pensadora negra, Lino Gomes (2020) expressa:

Não basta apenas o reconhecimento e a vontade política para descolonizar a mente, a política, a cultura, os currículos e o conhecimento. Essa descolonização tem de ser acompanhada por uma ruptura epistemológica, política e social que se realiza também pela presença negra nos espaços de poder e decisão, nas estruturas acadêmicas; na cultura; na gestão da educação, da saúde e da justiça: ou seja, a descolonização, para ser concretizada, precisa alcançar não somente o campo da produção de conhecimento, como também as estruturas sociais e de poder. (2020, p. 225-226)

Nesse sentido, é possível linkar a pouca ou nenhuma presença de pessoas negras e indígenas nos conselhos e comissões editoriais como reflexo do silenciamento das discussões sobre raça, racismo e etnia, visto que, como aponta Lino Gomes, descolonizar o conhecimento “se realiza também pela presença negra nos espaços de poder e decisão”. Assim como é possível compreender, que a descolonização do conhecimento é ferramenta imprescindível para um projeto maior, de superação da sociabilidade capitalista e de suas expressões.

2.2 CRONOLOGIA DE PUBLICAÇÃO DOS ARTIGOS QUE DISCUTEM RAÇA, RACISMO E ETNIA.

Vale destacar como cronologicamente esses artigos são publicados nas revistas, refletindo a conjuntura nacional. Posso adiantar que o silenciamento das questões étnico-raciais se faz presente desde a origem das revistas em análise e, dentro do marco temporal aqui estabelecido, a ausência dessas discussões é muito mais intensa até o ano 2018.

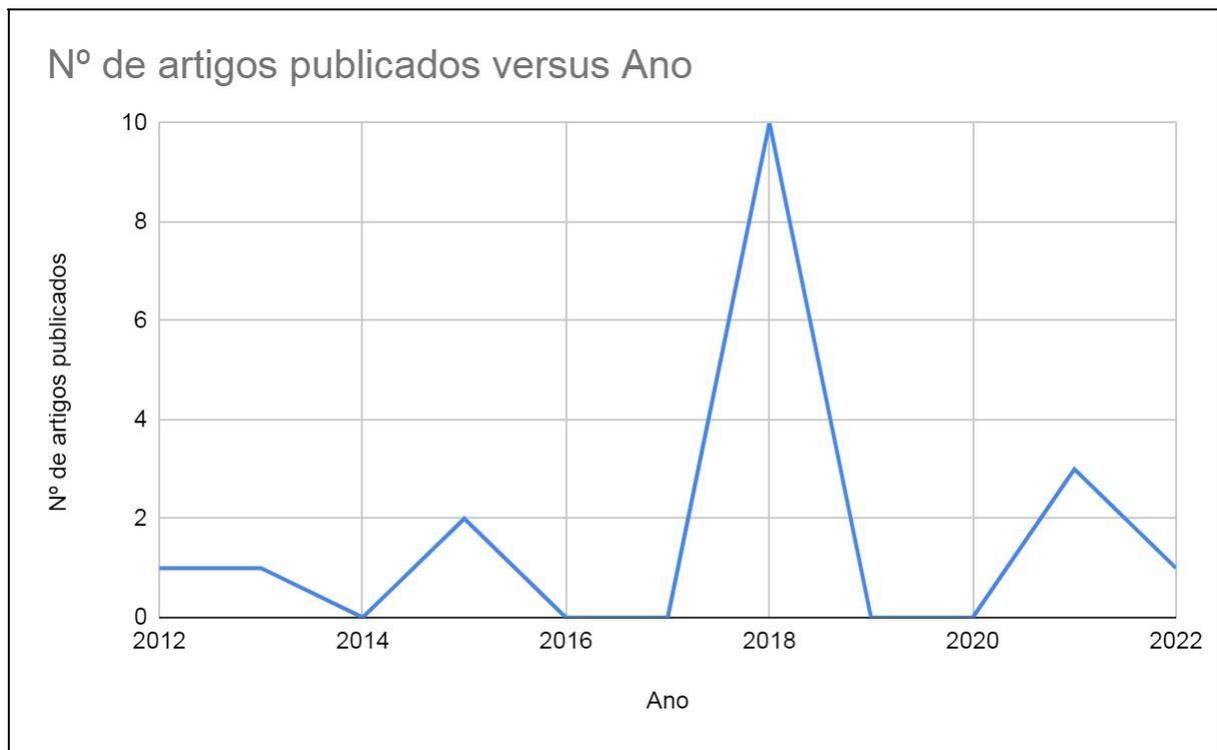
Não é surpresa para ninguém que há uma hegemonia em torno da categoria "classe" no Serviço Social brasileiro que se relaciona ao fato de sua aproximação com o pensamento marxista e marxiano, como da própria esquerda política. Flávia Clemente (2019) ao tecer sua análise acerca dessa hegemonia diz o seguinte:

O problema que identificamos ser importante enfrentar, sem mitigações é a utilização do argumento de hegemonia da classe que tem prevalecido historicamente

na esquerda do país, para relegar ao segundo plano as demandas oriundas do povo negro, como se todos fossemos atingidos da mesma forma pelo processo de exploração e expropriação promovido pelo sistema capitalista de produção. [...] porém, infelizmente o mito da democracia racial permanece atuante perpassando não somente a elite do Brasil, mas também as frentes de luta de potencial transformador da sociedade de classes. Sobre essa questão, entendemos que a resistência por parte do pensamento da esquerda em colocar no mesmo nível de importância a questão racial e social no país desigual como o Brasil, tem assento no racismo. Enquanto não houver esse reconhecimento e adoção de medidas de reversão desse entendimento, muito pouco ou nada será efetivamente transformado na realidade dos povos subalternizados. (2019, p. 41)

Em diálogo com Clemente (2019) a priorização da discussão de classe em comparação com o silenciamento das discussões de raça, racismo e etnia, nas revistas em análise e para além delas, “tem assento no racismo”.

Gráfico 3 - Incidência, ao longo dos anos, da produção científica acerca das questões étnico-raciais na revista Serviço Social & Sociedade (2012-2022)



Fonte: Elaboração nossa por meio de levantamento dos volumes disponíveis na fonte de indexação SciELO.

De 2018 em diante, encontramos editoriais específicos que discutem raça, racismo, etnia, assim como também sobre gênero e sexualidade⁹. A maior parte dos artigos

⁹ O volume nº 132 de 2018 da revista Serviço Social & Sociedade é um edição específica com a divulgação científica de publicações que discutem gênero, sexualidade e feminismo. Este antecede o primeiro editorial que

encontrados e selecionados para esta análise são do referido ano para os dias atuais. No gráfico acima pudemos observar, cronologicamente, a publicação dos artigos sobre os tópicos em destaque na revista *Serviço Social & Sociedade*.

Descrevendo o gráfico: em 2012 foi publicado 1 artigo; em 2013 mais 1; em 2014 nenhum; em 2015 encontramos 3 artigos; de 2016 a 2017 não encontramos nenhum artigo. Já em 2018 encontramos 10 artigos, em 2019 e 2020 novamente não encontramos nenhum artigo, em 2021 encontramos 3 artigos e, por fim, em 2022 foi contabilizado mais 1 artigo.

A revista *Serviço Social & Sociedade* S/V nº 133/2018 tem como editorial: “Questão étnico-racial: desigualdades, lutas e resistência.” Na página 400 é feito um questionamento, “Afinal, como superar as marcas dos preconceitos socialmente construídos e que fazem parte da nossa formação social e política?” Percebe-se com esse questionamento o reconhecimento do preconceito racial, inclusive no próprio *Serviço Social*, no entanto, em nenhum momento desse editorial a revista abre espaço para fazer uma autocrítica. Este editorial é apresentado da seguinte forma:

Esta edição especial da Revista *Serviço Social & Sociedade* traz para o debate o “Racismo e suas expressões socioinstitucionais: traços estruturantes da sociedade brasileira”, que junto com a edição anterior da Revista sobre o tema da “Diversidade sexual e de gênero”, compõem um denso circuito de diálogos e reflexões que se articulam ao XI Seminário Anual de *Serviço Social* promovido pela Cortez Editora, no último mês de maio de 2018, sobre a instigante questão: “Questão social, sexismo, racismo e lgbtfobia: Que país é esse?”

O compromisso com a superação das desigualdades sociais, com o combate a todas as formas de opressão e exploração, faz parte do posicionamento do serviço social brasileiro há décadas. (EDITORIAL Nº 133/2018, p.1)

Diante esse trecho do editorial S/V nº133/2018 parece até que a revista *Serviço Social & Sociedade* tem feito a sua parte em descolonizar, em combater o racismo e etnocídio, como divulgadora de conhecimentos que balizam a formação e atuação profissional, ao publicar artigos que discutam raça, racismo e etnia. No entanto, antes desse número (2012-2017), só tinham sido publicados 4 (quatro) artigos que versam sobre os temas em análise. Vale ainda lembrar a pesquisada realizada por Camila Manduca e referenciada por Aline Nascimento (2020), sobre as discussões étnico-raciais na revista *Serviço Social & Sociedade* até 2010:

aborda as questões étnico-raciais na revista. Ao longo do mapeamento que realizei, não foi quantificada a discussão sobre gênero e sexualidade nas revistas em análise, no entanto, pude observar essas discussões mais presentes, embora ainda em pouco número. É curioso porque a profissão é composta majoritariamente por mulheres, assim como o país. Nesse sentido vale salientar que a hierarquia moderna colonial de humano e não humano também tem um caráter de gênero e de sexualidade, tendo em vista a imposição colonial do gênero, como expresso por Lugones (2014). Essas são questões fundamentais para uma compreensão mais nítida da realidade, “a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial.” (LUGONES, 2014, p. 5)

[...] o silenciamento pode ser revelado na pesquisa de Ferreira (2010), quando, a partir da produção do conhecimento, evidenciou que até junho de 2010 a revista *Serviço Social & Sociedade*, iniciada em 1979, já tinha publicado 102 números, mas apenas em três deles foram publicados artigos referentes à temática étnico-racial. Esses dados adquirem maior relevância por se referirem a uma revista que é referência em publicações teóricas do Serviço Social no país. (2020, p. 120)

Por mais que o ano de 2011 não esteja no meu marco temporal de análise, como neste caso existe uma pesquisa que analisa a revista *Serviço Social & Sociedade* até o ano de 2010, me permiti extraordinariamente analisar os volumes publicados em 2011. *Nos quatro volumes da revista publicados em 2011 não foi encontrado nenhum artigo que faça a discussão de raça, racismo e etnia*. Portanto, dialogando com o levantamento feito por Ferreira em 2010 exposto na citação acima, e com meu levantamento de 2012 a 2017, apenas 7 artigos que discutem questões étnico-raciais foram publicados na revista neste período.

Nesse sentido, sugiro que a revista por meio do seu corpo editorial releia o texto do editorial nº 133/2018 onde expressam o seguinte: “Afim, o combate a todas as formas de preconceito tem que estar no cotidiano de formação e do trabalho profissional, e não apenas ser abordado quando uma atividade discriminatória surge.” (p. 403). Com isso questiono, está no cotidiano da revista *Serviço Social & Sociedade* a publicação de artigos sobre as questões étnico-raciais? Pelos números e análises feitas até aqui, é possível inferir que não.

É urgente que as discussões étnico-raciais, assim como o combate a outras opressões, estejam no cotidiano, que se faça presente o tempo todo. Isso não é falar apenas sobre raça, é não silenciar discussões que são atravessadas por raça, “se quisermos entender a classe trabalhadora desse país, temos que analisar a própria formação da sociedade brasileira, afinal, essa classe trabalhadora sempre teve sexo e cor.” (Editorial nº 133, p 402). Pelo observado nesse trecho do editorial, parecem saber a importância das discussões étnico-raciais no Brasil, então por que as silenciam?

Maria Antonieta Rocha dos Santos na tese de doutorado intitulada “INTERSECCIONALIDADE(S): um não lugar na formação em Serviço Social” (2021), fala da importância de tencionar os silenciamentos na produção de conhecimento na área:

Em que medida os conhecimentos produzidos no campo do Serviço Social partem dos imbricamentos de raça/etnia, gênero e classe na constituição da classe trabalhadora e se não são incluídos, que comprometimento podem ter os resultados de estudos que projetam análises sob apenas um desses marcadores sociais. Essas ausências tornam, portanto, necessários os tensionamentos para uma compreensão mais substancial e, portanto, assumidos como centralidade nas discussões dos núcleos docentes estruturantes e, assim, ampliados nas matrizes curriculares dos cursos de formação. (2021, p. 125)

No gráfico acima podemos observar que após 2018 o número de artigos que discutem as questões étnico-raciais voltam a cair, sendo publicados de 2019 a 2022 apenas 4 artigos. Reconheço os limites dessa pesquisa, no entanto, acredito que o que foi exposto até aqui poderia ser compreendido como um espelho pela política editorial que envolve a produção da revista Serviço Social & Sociedade, para que ela possa se olhar como de fato é, no que se refere às discussões étnico-raciais.

O ano de 2018 também marca o início de publicação de editoriais específicos que discutem as questões étnico-raciais na revista Katálysis. Diante do silenciamento usual, reconheço a importância, mas também vejo esse movimento de publicar editoriais específicos com preocupação porque isola raça, racismo e etnia como uma temática, quando na verdade são componentes que atravessam todas as relações sociais, inclusive o trabalho, visto que alicerçam o modo de produção capitalista. Assim defendo que as análises sobre raça, racismo e etnia devem fazerem-se presentes na maioria dos volumes publicados, se não em todos. No entanto isso não acontece.

Mas porque 2018 marca o início de discussões étnico-raciais nas revistas analisadas? O que houve na conjuntura nacional que estas questões passaram a ter maior visibilidade a partir deste ano?

É indiscutível que a eleição presidencial de 2018 que elegeu Jair Bolsonaro levou um racista declarado para o posto de maior poder no país. No programa CQC¹⁰ (palco de grande projeção de Bolsonaro) ele disse: *"Quem usa cota, no meu entender está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista."* (2011)¹¹, ainda no mesmo programa, ao ser perguntado sobre o que acharia de um filho seu namorar/casar com uma mulher negra, ele *"afirmou que não corria esse risco, pois seu filho "foi bem criado"*.

No ano que foi eleito, 2018, o mesmo disse *"Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso"*, assim como em diversas vezes expressou o peso de pessoas negras à arrobas (unidade de peso ainda utilizada para pesar alguns animais e

¹⁰ Custe o que custar (CQC) foi um programa que abordava as notícias do país com "humor". Estreou na TV brasileira (emissora Band TV) em março de 2008. O programa foi encerrado em 2016 em parte pelo desgaste em decorrência de muitas polêmicas.

¹¹ Matéria: Racismo | 15 frases de Bolsonaro que demonstram que é inimigo dos negros. <https://www.esquerdadiario.com.br/15-frases-de-Bolsonaro-que-demonstram-que-e-inimigo-dos-negros>

que também foi utilizada no período escravocrata para pesar os negros escravizados). Este foi o presidente eleito e estes discursos de ódio e discriminatórios foram os que passaram a fazer parte do dia a dia do país, e que passaram a entrar na casa das pessoas pelas mídias bolsonaristas.

Frente a esses discursos racistas os movimentos sociais negros, em seus diversos campos de atuação, mobilizaram respostas, como bem apontado por Nathalia Diogenes (2022):

nos últimos anos com ascensão do fascismo ao poder, assistimos também a uma mudança nesse debate. Frases e posturas racistas proferidas por Jair Bolsonaro, representante desse projeto político no Brasil, causaram indignação e a resposta a essas posturas foi a efervescência do debate sobre racismo. (2022, p. 249)

Nessa direção da efervescência do debate sobre raça, também podemos destacar os impactos do movimento “Vidas negras importam” que tomou destaque no Brasil em 2020 após a cruel morte do estadunidense George Perry Floyd Jr, no dia 25 de maio de 2020. Sobre a direção do movimento “Black Lives Matter” (organização negra criada por três mulheres negras para enfrentar e combater a supremacia branca nos Estados Unidos) a população negra norte americana tomou as ruas para chorar a morte de mais um negro assassinado brutalmente pela polícia, assim como para exigir o fim do racismo e toda tristeza que ele causa. Essas imagens chegaram no Brasil com forte impacto, porque aqui também o Estado por meio das forças policiais, mata de forma cruel homens negros periféricos diariamente. Logo a frase “vidas negras importam” tomou as redes sociais, mobilizou discussões e articulações.

Na esfera de oposição e enfrentamento ao racismo, também podemos destacar a importância da “Coalizão Negra por Direitos” (organização não governamental que articula forças dos coletivos e entidades negras brasileiras e internacionais para o enfrentamento do racismo no país) foi fundada em 2019 mas que tem maior destaque a partir de 2020. Atualmente é a organização com maior mobilização da população negra brasileira e que tem mobilizado grandes posicionamentos contra o genocídio dos negros brasileiros. A coalizão foi uma das instituições que pediu o impeachment de Bolsonaro frente às mais de 100 mil mortes de Covid-19 (na época), evidenciando que os mais atingidos pela pandemia foram pessoas negras.

Portanto, podemos compreender que, pelo menos, um dos motivadores que levaram a maior discussão sobre raça, racismo e etnia a partir de 2018 nas revistas em análise do

Serviço Social, foi a necessidade de responder aos avanços de um discurso racista (articulado à prática) de Jair Bolsonaro, que de 2019 a 2022 ocupou a presidência da república e desse lugar de poder e dominação deixou escorrer o veneno racista e fez esse discurso ganhar força e espaço, inclusive nas políticas públicas.

Dando continuidade a análise cronológica de publicações, na revista *Katálysis* podemos observar o seguinte:

Gráfico 4 - Incidência, ao longo dos anos, da produção científica acerca das questões étnico-raciais na revista *Katálysis* (2012-2022)



Fonte: Elaboração nossa por meio de levantamento dos volumes disponíveis na fonte de indexação SciELO.

Descrevendo o gráfico: de 2012 até 2016 não encontramos nenhum artigo que faça discussões étnico-raciais. Em 2017 encontramos 3 artigos; em 2018 foram publicados 7 artigos; em 2019 mais 1. Já em 2020 encontramos 5 artigos; em 2021 mais 8 e, por fim, em 2022 encontramos mais 12 artigos.

É notável algumas diferenças na análise das duas revistas. A *Katálysis*, no período de análise, só encontramos a primeira publicação que faz alguma discussão étnico-racial em 2017. Ao contrário da *Serviço Social & Sociedade* que tem uma primeira publicação já em 2012. A revista *Katálysis* também apresenta editoriais específicos, são eles: o Volume 21, nº

03/2018 “Serviço Social: gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade”, e o Volume 25, nº 02/2022 “Antirracismo no debate da formação social brasileira e classes sociais: desafio ao Serviço Social contemporâneo”.

O que se constata é que a revista *Katálysis* passa a marcar a presença das discussões étnico-raciais a partir de editoriais específicos. O Volume 21, nº 03/2018 marca a presença das discussões étnico-raciais na revista e em seu texto editorial aponta a importância do conhecimento feminista negro, ao enfatizar a importância do conceito da interseccionalidade (Kimberly Crenshaw) como possibilidade analítica:

A abordagem interseccional, ou das articulações e cruzamentos entre diferentes opressões e diferentes modos de resistência, ganhou um voo próprio no campo da teoria social, sendo utilizada por várias áreas do conhecimento e por várias correntes teóricas. Os artigos reunidos neste número da *Katálysis* são um exemplo desses estudos e dessas abordagens, tematizando questões fundamentais para uma compreensão das múltiplas e articuladas desigualdades e marginalizações envolvendo gênero, classe, raça, etnia, sexualidade e gerações. (EDITORIAL V. 21, Nº 03/2018, p. 436)

Assim como também expressa que essas mudanças e inserção da discussão étnico-racial, assim como gênero, sexualidade, estudos LGBTQIA+, tem sido demandado pelos movimentos sociais organizados, fora e dentro da academia:

O feminismo (na academia e nos movimentos), o pensamento e a luta anti-racista e o movimento negro, os movimentos e teorias anti, pós e decoloniais, os movimentos e os estudos LGBT, entre outros, denunciaram o paradoxo da modernidade entre, de um lado, o culto do Homem universal, em suas versões de sujeito da razão, de sujeito político e de direito e de Eu psicológico, e de outro a produção de diferenças e hierarquias de todo tipo, que evidenciam acessos diferenciados e assimétricos, quando não ausência absoluta de acesso, à posição de humanidade, aos bens e à riqueza produzidos, ao reconhecimento enquanto sujeito de direitos ou enquanto sujeito político. (EDITORIAL V. 21, Nº 03/2018, p. 435)

Assim como no editorial S/V nº 133/2018 da revista *Serviço Social & Sociedade*, que marca uma maior presença das discussões étnico-raciais, no entanto não realiza uma autocrítica da reprodução dos silenciamentos na revista, a *Katálysis* também não realiza publicamente a autocrítica pela ausência das discussões sobre raça, racismo e etnia, até então.

Porém, podemos observar um movimento diferente, de 2019 a 2022 a *Katálysis* publicou 26 (vinte e seis) artigos que abordam as questões em análise. Inclusive publicou mais um editorial específico, o V. 25, nº 02/2022 intitulado “Antirracismo no debate da formação social brasileira e classes sociais: desafio ao Serviço Social contemporâneo”. Este editorial começa fazendo os seguintes apontamentos:

O mundo atravessa uma crise civilizatória que acirrada pela pandemia de Covid-19 fez com que contradições históricas se tornassem mais visíveis. Vivemos a crise – e lutamos pela derruição – do modelo ocidental de civilização inventado pela branquitude, um modelo que nos últimos cinco séculos têm se servido de tudo e de todos como mercadorias e excluído da condição humana quem não está em seu âmbito. (Editorial V. 25, nº 02/2022, p. 177)

Este mesmo editorial, de apenas duas folhas, tece comentários sobre a concepção moderna de raça e das relações sociais que são racializadas, critica a visão romantizada da miscigenação, assim como a ideologia burguesa da democracia racial e assume ser imperativo:

Uma revisão importante de ser feita no campo das Ciências Sociais e particularmente para o Serviço Social, uma profissão que se assume inscrita na trama das relações entre as classes sociais e destas com o Estado, cuja direção social na contemporaneidade está balizada pela teoria social crítica, pautada pela apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade e tendo a centralidade da categoria trabalho na compreensão das relações sociais. Um avanço em relação ao modelo estrutural-funcionalista que fundamentava anteriormente a profissão, mas que requer a permanente mediação entre os elementos estruturais e estruturantes da vida social e as condições concretas dos espaços sócio ocupacionais, como por exemplo, as correlações de forças, a cultura organizacional, as demandas das entidades empregadoras e as demandas e condições de vida das/os sujeitas/os que acessam as políticas e os serviços. Condições de vida que tem como dimensões interseccionais: a classe, a raça, o gênero e a sexualidade vivenciadas como expressões materiais de desigualdade em função do pauperismo, do racismo, do sexismo e da homofobia e transfobia. Na atualidade as nossas lutas no interior dos movimentos classistas, antirracistas e antifascistas, com pandemia ou sem pandemia, são pelo direito à vida, para existirmos como humanas/os para além do aspecto jurídico-formal. E são em uma percepção mais ampla lutas contra o próprio modelo civilizatório que está em crise. Porque como foi muito bem-dito por Angela Davis: “Não basta não ser racista. É preciso ser antirracista.” (Editorial V. 25, Nº 02/2022, p. 178)

A percepção que tive ao ler o editorial do V. 25, nº 02/2022 e analisar os dados, é que a revista *Katálysis* têm tentado definir sua posição diante da pergunta “vidas negras importam?”

Por mais que na revista *Serviço Social & Sociedade* também seja observado esse movimento de publicar artigos que discutem raça, racismo e etnia, na revista *Katálysis* este parece ser mais consistente, mantendo um número considerável de publicações que fazem a discussão étnico-raciais mesmo que por meio de editoriais específicos. Como apresentado nos dois editoriais específicos, os movimentos sociais dentro e fora das universidades têm tensionado as comissões e conselhos editoriais, demandando essas discussões.

Para além das revistas *Serviço Social & Sociedade* e da revista *Katálysis*, Aline Nascimento Santos Correia (2020) faz uma análise de como a discussão étnico-racial aparece

na revista **Temporalis**, que foi criada em 2000 e é editada e organizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Analisando os volumes disponíveis *online* que são de 2010-2018, ela encontrou “apenas seis com centralidade na temática racial/raça/etnia/racismo, ou seja, 2,47% do total, em oito anos.” (p. 123). Sobre isso ela diz o seguinte:

É importante destacar que o quantitativo de artigos encontrado na *Temporalis* foi de apenas quatro das 16 edições da revista, das quais duas dessas foram direcionadas para publicações com a temática “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”. O que se manifesta nessas edições é o mesmo que ocorre nas disciplinas da graduação, ou seja, o caldeirão de temáticas que teoricamente “aproximam-se”, conforme sinaliza Oliveira (2015), formando um misto de temáticas que se reportam às chamadas “minorias”. (2020, p. 123)

Acredito ser válido trazer esse apontamento de Correia (2020) tendo em vista que a demonstração do também silenciamento das discussões étnico-raciais em outros periódicos da área, evidencia o caráter estrutural e institucional que configura o racismo, revelando a face da colonialidade do saber no serviço social brasileiro, e a urgência em combatê-lo.

Aqui é válido destacar essa questão de como raça, racismo, etnia, gênero, sexualidade muitas vezes aparecem juntas em editoriais específicos, dando esse tom de “misto de minorias”. Por que, se defendemos uma abordagem interseccional, se faz necessário, ainda, publicações específicas sobre raça e etnias?

A interseccionalidade não surge como ferramenta analítica com a finalidade de substituir as categorias de raça, etnia, gênero ou sexualidade, pelo contrário, essa é uma abordagem que evidencia que essas categorias se articulam fazendo da vida de alguns sujeitos mais difícil, sobretudo as mulheres negras, visto que essa é uma categoria cunhada por mulheres negras para evidenciar essa “colisão das estruturas” em suas vidas. Assim como aponta Carla Akotirene (2018) no livro “Interseccionalidade” ao dizer “Interseccionalidade revela o que classe pode dizer de raça, da mesma forma que raça informa sobre classe. “Raça é a maneira como a classe é vivida”, conforme ensina Angela Davis.” (2018, p. 30). Akotirene ainda nos diz mais:

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (2018, p. 14)

Então, devemos sim defender uma abordagem interseccional por que como mostra Akotirene (2018) “gênero, raça e classe, são modernos aparatos coloniais” que sustentam a sociedade capitalista. No entanto, em um país onde o racismo é estrutural e as mentes foram brutalmente colonizadas se faz mais que necessário discussões específicas sobre raça, etnia, gênero... mas sem invisibilizar ou problematizar as "coalizões de opressões”.

Não podemos perder de vista conquistas históricas, mas muito recentes, como a Lei 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Assim como a Lei 11.645/2008 que altera a Lei 10.639 e inclui a obrigatoriedade do ensino nas escolas de histórias e culturas indígenas. Essas leis se fizeram necessárias pela ausência das discussões étnico-raciais nas escolas brasileiras, onde nos próprios livros didáticos o que se ensina é a visão do colonizador. Mas, como nada são flores, mesmo sendo expresso em Lei, muitas escolas não cumprem a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígenas.

Diante um longo processo extremamente violento de miscigenação e tentativa de apagamento do negro/a brasileiro/a, assim como dos povos indígenas/originários e de suas identidades, faz-se necessário as discussões étnico-raciais na perspectiva de descolonizar as mentes.

Nessa perspectiva, como a divulgação científica no Serviço Social brasileiro tem refletido sobre essas questões? Por que ao tratar sobre raça, racismo, etnia, gênero e sexualidade, as revistas em destaque juntam tudo em uma espécie de “caldeirão de opressões” como se não houvesse especificidades, singularidades?

2.3 ANÁLISE DOS DESCRITORES

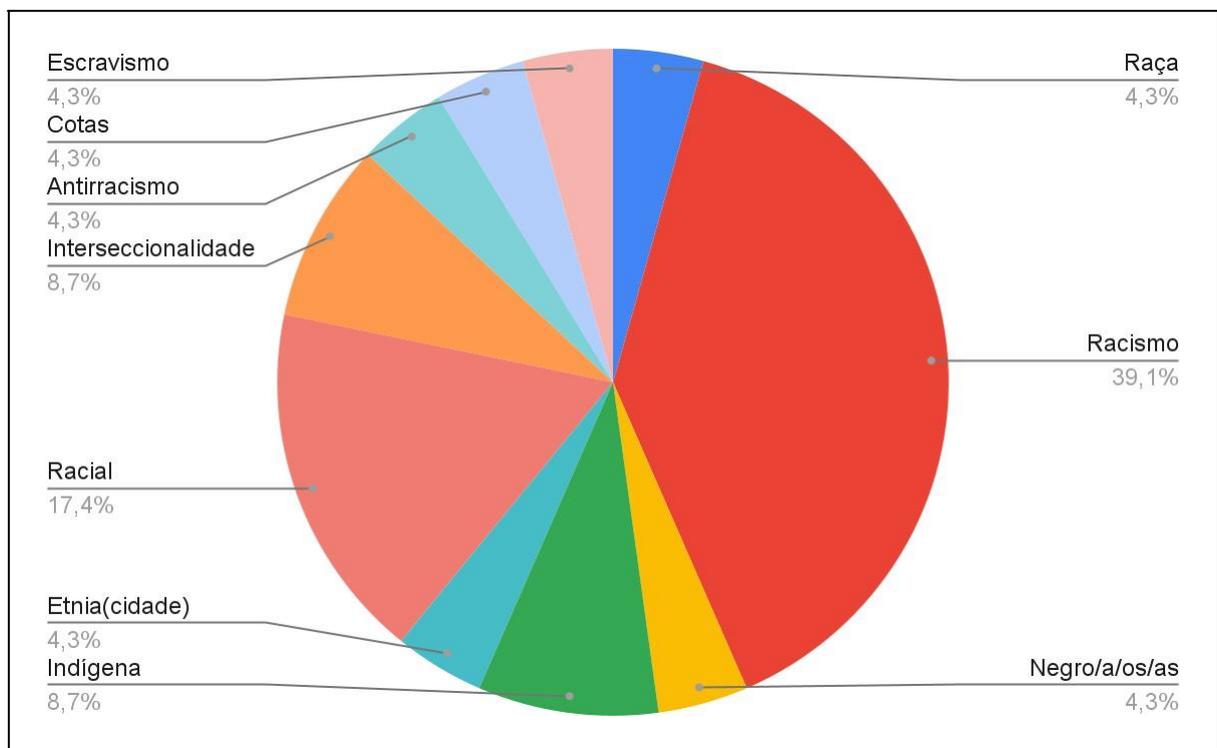
Neste processo de entender como os estudos e pesquisas sobre raça, racismo e etnia são discutidos nas revistas em análise, também se faz necessário analisar os descritores pelos quais os artigos selecionados foram localizados. Os descritores são aqui entendidos como palavras chaves que dão sinalização do assunto ou quais assuntos alicerçam a pesquisa. E essa escolha é política. A escolha das palavras chaves de uma pesquisa indica a escolha de categorias analíticas que foram utilizadas em detrimento de outras, ou seja, indica como o pesquisador/a percebe e trata as questões que pesquisa.

Nosso mapeamento levou em consideração o título dos artigos, as palavras chaves, e sendo necessário, também o resumo. Os descritores utilizados foram: **raça, racismo, negro (a)/(os)/(as), indígenas, povos originários, etnia (cidade)/(etnica), quilombo/bola, racial**

(raciais/racialização), genocídio, etnocídio, interseccionalidade, antirracismo, escravismo e cotas. A escolha da maior parte dos descritores foi pensada previamente, mas também ficou aberta a possibilidade do acréscimo de outros que poderiam surgir no processo do mapeamento, caso dos descritores cotas, antirracismo e escravismo que foram acrescentados depois.

Para a escolha de todos os descritores foram consideradas suas importâncias no debate acerca das questões étnico-raciais no Brasil. Desse modo, podemos observar no gráfico abaixo a distribuição de artigos por descritor da revista Serviço Social & Sociedade:

Gráfico 5 - Artigos selecionados na análise da revista Serviço Social & Sociedade segundo descritores (2012-2022)



Fonte: Elaboração nossa por meio de levantamento dos volumes disponíveis na fonte de indexação SciELO.

Descrição do gráfico: dos 18 artigos selecionados da revista Serviço Social & Sociedade que discutem raça, racismo e etnia, correspondem aos seguintes descritores: **raça** - 1; **racismo** - 9; **negro/a/os/as** - 1; **indígena** - 2; **povos originários** - 0; **etnia (cidade)** - 1; **quilombo/bola** - 0; **racial (raciais/racialização)** - 4; **genocídio** - 0; **etnocídio** - 0; **interseccionalidade** - 2; **antirracismo** - 1; **cotas** - 1 e **escravismo** - 1.

Logo, a presença de discussões e o silenciamento de outras indica como o debate acerca das questões étnico-raciais se dá na revista em destaque. Nove dos dezoito artigos selecionados da revista *Serviço Social & Sociedade* são marcados pelo descritor **racismo** (racismo, racismo estrutural, racismo institucional). Esses descritores indicam pesquisas e estudos que buscam compreender os efeitos do racismo na sociedade brasileira tendo o entendimento do caráter estrutural e institucional dessa prática desumanizadora, que implica diretamente no acesso da população negra às políticas sociais e direitos, como saúde, educação, moradia, segurança, alimentação, etc.

No entanto, essa discussão de racismo se faz marginalizando as pesquisas e estudos sobre raça. E como expostos mais acima, raça assume na modernidade colonialidade o “diferenciador” do humano e do não humano.

No texto “Rumo a um feminismo descolonial” María Lugones (2014) expressa como compreende a diferenciação hierárquica de humano e não humano:

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. (2014, p. 2)

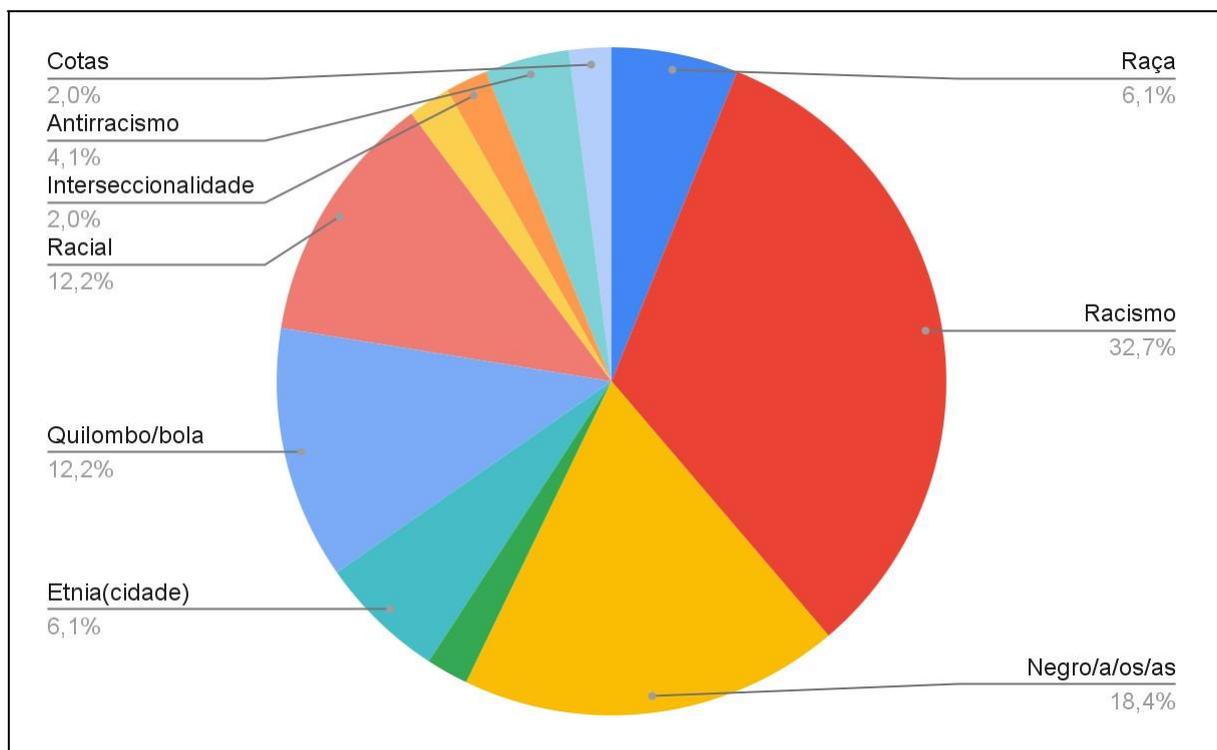
Lugones no trecho acima define a classificação hierárquica estabelecida na modernidade colonial entre o homem ocidental (humano) versus os não humanos (“os outros”). Como expresso pela autora, nesta hierarquia os povos indígenas, africanos e escravizados eram classificados “como não humanos, animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens”. Raça, como bem observado nos apontamentos de Lugones (2014) tem papel central nesta definição moderna colonial de quem é humano e de quem não é humano. Logo, não sendo humanos, os negros escravizados, indígenas, poderiam ser objeto de trabalho, de tortura, de prazeres sexuais, visto que, aos olhos do único humano possível, o homem ocidental, estes não passavam de animais e selvagens. Nesse sentido, alguns da sociedade dos “civilizados” podem se questionar: **Qual a necessidade de produzir conhecimento sobre uma “gente” que nem é humana?**

Portanto, a classificação moderna colonial de indígenas como não humanos define como esses sujeitos serão tratados na sociedade (fora dela) e como constarão na produção de conhecimento (também fora dela). O que sabemos dos povos indígenas e originários? Quais referências indígenas temos? Qual a contribuição do conhecimento indígena para o fortalecimento e desenvolvimento desse país?

Enquanto a colonialidade do saber imperar, saberemos apenas o que o colonizador quer que saibamos. Portanto, silenciar discussões sobre raça e povos indígena é proteger/blindar o colonizador (homem branco europeu) de qualquer crítica e contraposição dos sujeitos considerados nessa hierarquia como não humanos. Como colocado por Gonzalez (2020) “o lixo vai falar”, e realmente tem falado e disputado espaços para fazer ouvir nossas vozes.

Na revista *Katálysis*, os descritores têm a seguinte representação:

Gráfico 6 - Artigos selecionados na análise da revista *Katálysis* segundo descritores (2012-2022)



Fonte: Elaboração nossa por meio de levantamento dos volumes disponíveis na fonte de indexação SciELO.

Descrição do gráfico: dos 37 artigos selecionados da revista *Katálysis* para essa análise, correspondem aos seguintes descritores: **raça** - 3; **racismo** - 16; **negro/a/os/as** - 9; **indígena** - 1; **povos originários** - 0; **etnia (cidade)** - 3; **quilombo/bola** - 6; **racial**

(raciais/racialização) - 6; **genocídio** - 1; **etnocídio** - 0; **interseccionalidade** - 1; **antirracismo** - 2; **cotas** - 1 e **escravismo** - 0.

Na Katálysis pode-se observar o mesmo, a maior parte da discussão racial se faz a partir do descritor **racismo** (racismo, racismo estrutural, racismo patriarcal).

Ao todo, esse descritor se expressa na revista Serviço Social & Sociedade com 39,1% e na Katálysis com 32,7%. Com maior número de publicações marcados com este descritor e ausência e/ou silenciamento de discussões com outros descritores igualmente importantes como raça e genocídio, expressa uma visão do racismo como um problema desconectado de um todo que o contextualiza/instrumentaliza como prática de desumanização. Como bem coloca Flávia Clemente (2019):

É preciso destacar que o racismo se encontra intrinsecamente vinculado ao conceito de raça e, por conseguinte, suas consequências práticas. Com a realização das adequações do racismo científico à realidade brasileira, ocorre todo um esforço dos intelectuais para o apagamento do conceito de raça, haja vista, sua manutenção ser prejudicial aos argumentos constitutivos da democracia racial. (2019, p. 52)

Logo, podemos observar que a discussão racial nos periódicos em análise tem se dado de forma limitada, se esbarrando nos estragos deixados na profissão ao ter se alinhado inicialmente à ideologia burguesa da democracia racial, que deixa rastros em formas de silenciamentos, epistemicídio, até hoje.

2.3.1 Rastros de silenciamentos: colocando a máscara

Algumas observações são possíveis a partir dos dados expostos das revistas analisadas. Uma primeira consideração é sobre o quase completo e absoluto silenciamento sobre discussões acerca dos povos indígenas. Na análise de dez anos (2012-2022), apenas três publicações fizeram discussões utilizando o descritor **indígena(s)** e quatro artigos que discutem **Etnia**. Nenhuma publicação utilizou o descritor **povos originários**.

Ailton Krenak (2022) no seu texto “O amanhã não está à venda”, ao falar sobre a ideia de humano e não humano, nos diz:

Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam se manter agarrados nesta terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. Esta é a sub-humanidade: caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes. Existe, então, uma humanidade que integra um clube seleta que não aceita novos sócios. [...] Eu não me sinto parte dessa humanidade. Eu me sinto excluído dela. (p. 82-83)

Os povos indígenas e quilombolas são a materialidade de uma constante contraposição à lógica capitalista de “comer” a terra. Mas como disse Krenak, são excluídos do entendimento de humanidade, excluídos ao ponto de não terem sua existência e resistência, expressas em necessidades e demandas, como questões “relevantes” a serem discutidas nas revistas de renome do Serviço Social brasileiro.

Ramón Grosfoguel (2020) no texto “Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada”, ao tecer considerações sobre a modernidade, nos diz:

A modernidade tem construído e privilegiado a “sociedade” sobre a “comunidade”, praticando o destrutivo “comunitaricídio” para encaixar todos nas “sociedades”, ficcionalmente chamadas de “nacionais”. Dessa maneira, a unidade de análise eurocêntrica que é privilegiada nas ciências sociais estabelece um “de dentro” e um “de fora” sólidos, com respeito ao Estado, para entender e explicar processos histórico-sociais. (2020, p. 56)

Desse modo podemos entender que a ausência de discussões étnico-raciais nas revistas em análise, se dá pela continuidade de contar a história e as relações sociais do ponto de vista eurocêntrico do colonizador. Como também pela negação da humanidade de uns nesta sociedade excludente, onde afirmar-se comprometido com a classe trabalhadora não é suficiente para romper tal lógica. Ele ainda diz mais:

A “modernidade” é a civilização que se cria a partir da expansão colonial europeia em 1492 e que se produz na relação de dominação do “Ocidente” sobre o “não Ocidente”. Como nos recordam continuamente os líderes indígenas do mundo, estamos diante de uma civilização de morte. (2020, p. 62)

Com isso é possível observar a lógica de poder e dominação, inclusive na produção de conhecimento. Vale considerar que a construção de hegemonias teóricas acabam por impor quais temáticas serão discutidas e quais não serão, expressando o que é prioridade e o que não é, expressando as vidas que importam e as que não importam, afinal, quem é civilizado?

Quem faz parte da sociedade “humana e civilizada” e assim merece a atenção do Estado? Não incomoda, o campo de produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro, sobretudo as revistas em análise, o fato dos povos indígenas estarem há anos exigindo o reconhecimento e demarcação de suas terras? Não incomoda o fato de lideranças indígenas estarem sendo mortas em conflitos com garimpeiros e com o agronegócio? A saúde dos povos indígenas não interessa? Pelo visto, não. E essas questões, têm estreita relação com o Serviço Social brasileiro.

Uma outra discussão importante, no entanto, pouquíssimo discutida no Serviço Social, sendo localizados apenas dois artigos, é **cotas** (cotas, cotas raciais). Importante frisar que nosso período de análise se inicia exatamente no ano da aprovação da Lei 12.711/2012 (Lei de cotas), sendo possível observar como se deu essa discussão no campo da produção de conhecimento, na profissão. Pelo exposto nos gráficos, em dez anos (2012-2022) apenas um artigo discutindo cotas raciais foi publicado em cada revista analisada.

Inclusive, suponho, que um dos motivos que levou as revistas Serviço Social & Sociedade e a revista Katálysis a produzirem editoriais específicos incluindo a discussão étnico-racial, é por uma demanda de estudantes negros/as que acessaram a graduação por meio das cotas raciais e afirmativas, e que estão tensionando a profissão a encarar de frente as questões raciais que são o “nó da questão social”, como nos aponta Renata Gonçalves (2018).

Angela Figueiredo (2020) também compartilha desse entendimento ao dizer que:

o ingresso de estudantes negras e negros, de estudantes de comunidades tradicionais e de camadas populares nas universidades tem alterado as agendas de investigação/pesquisa, uma vez que a maioria d@s estudantes elege temas próximos, muitas vezes relacionados ao próprio cotidiano. (2020, p.10)

Aqui me incluo como sujeito que tem tensionado a produção científica, dentro das minhas possibilidades, como as questões étnico-raciais são discutidas na produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro e na nossa formação que conseqüentemente impacta na prática profissional. Como sujeito negro, que acessou a graduação por meio de cotas me percebo nesse apontamento de Figueiredo. Afirmo por minha experiência com iniciação científica, que o silenciamento me fez falar, que as ausências me fizeram construir diálogos capazes de preencher buracos, que a solidão me fez buscar o aquilombamento.

Como uma militância discuti raça e o racismo durante toda a graduação, foi nas atividades, nos seminários, pesquisas de iniciação científica, na minha experiência de estágio curricular I na Gerência de Igualdade Racial do Recife, etc, estive junto com várias outras pessoas comprometidas com o enfrentamento ao racismo, buscando construir uma universidade mais plural, uma produção de conhecimento antirracista e que ao invés de silenciar vozes, faça ouvir vozes, e um Serviço Social mais bem assentado sobre bases teóricas antirracista.

Dessa forma, uma nova geração soma-se às lutas e estratégias de uma geração antiga de assistentes sociais comprometidas com as discussões étnico-raciais na categoria profissional, e de fazer ouvir nossas vozes.

Então é válido se questionar, por que a discussão de cotas raciais não foi considerada como “relevante” nas revistas em análise? A quem interessa o silenciamento dessa discussão? Como “reparar” esse silenciamento de décadas?

A Lei de cotas prevê uma avaliação com dez anos de implantação. Período completado em 29 de agosto de 2022. Logo, ainda há tempo de uma longa e constante discussão sobre cotas étnico-raciais e ações afirmativas, nos periódicos em análise e para além deles, sobretudo neste contexto de avanço neoliberal e conservador de ameaças e retiradas de direitos. As cotas permitem que sujeitos historicamente silenciados possam acessar níveis superiores de educação, de ocupações, e dessa forma fazer ouvir suas vozes, colocar a partir de sua própria perspectiva suas demandas e de seu grupo. Isso não interessa, não é relevante à produção de conhecimento do Serviço Social?

Lélia Gonzalez (2020) fala o seguinte sobre o conhecimento científico produzido por pessoas negras que tem tido acesso a produção de conhecimento:

A produção científica dos negros desses países do nosso continente tem se caracterizado pelo avanço, autonomia, inovação, diversificação e credibilidade nacional e internacional; o que nos remete a um espírito de profunda determinação, dados os obstáculos impostos pelo racismo dominante. Mas, como já disse antes, é justamente a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior”. A dureza dos sistemas fez com que a comunidade negra se unisse e lutasse, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista. (2020, p. 132)

González contextualiza bem, por mais que sujeitos/as negros/as estejam produzindo conhecimentos importantes, criando caminhos e possibilidades, tensionando “verdades”, fazemos isso na dureza de um sistema racista, que cria barreiras e estratégias de silenciamento. Mas como em um movimento de resistência, diante o silenciamento à fala, nós produzimos mais conhecimentos denunciando o racismo e todas suas expressões.

CAPÍTULO III - MAPEAMENTO REGIONAL E INSTITUCIONAL: uma análise da geopolítica e economia política do conhecimento

Ao longo dos capítulos anteriores, pontuei a importância de romper a lógica de centro e periferia científica no Serviço Social brasileiro como meio, inclusive, para descolonização da produção de conhecimento. Como já dito antes, realizei ao longo da graduação pesquisas de iniciação científica¹² (IC) que nos permitiram analisar a produção de conhecimento sobre raça, racismo e etnia no campo dos estudos sobre gênero e feminismo na sociologia brasileira.

No processo de escrita desta monografia venho refletindo sobre os resultados obtidos em comparação com os resultados das pesquisas de iniciação científica. Reconheço os limites desse comparativo, mas nos tem interessado destacar, mesmo que brevemente, as similaridades, ou, as práticas racistas de silenciamento observadas em ambos.

Um comparativo já feito foi acerca da incidência da produção científica sobre raça, racismo e etnia, que no campo dos estudos sobre gênero e feminismos na sociologia de 1996-2016 compreende 6% das pesquisas e nas análises das revistas *Katálysis* e *Serviço Social & Sociedade* de 2012-2022 corresponde respectivamente a 5,9% e 5,1%. É notável as diferenças e limites desse comparativo, mas ainda mais notável é esse baixo percentual de pesquisas sobre raça, racismo e etnia, seja nos estudos de gênero e feminismo na Sociologia brasileira ao longo de 20 anos, seja na produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro ao longo de 10 anos. Mas o que mais essas pesquisas de IC revelaram?

Dos 6% de artigos, cerca de 53% foram localizados no Sudeste brasileiro em contraposição do Norte e Nordeste que juntos somaram 12% dos artigos. Ainda, para compreender a filiação com as bases epistêmicas em disputas, realizamos um ranking das 20 referências mais utilizadas, nos artigos analisados, e das 20 referências 15 eram do Sudeste, sendo encontradas apenas duas do Nordeste e nenhuma do Norte.

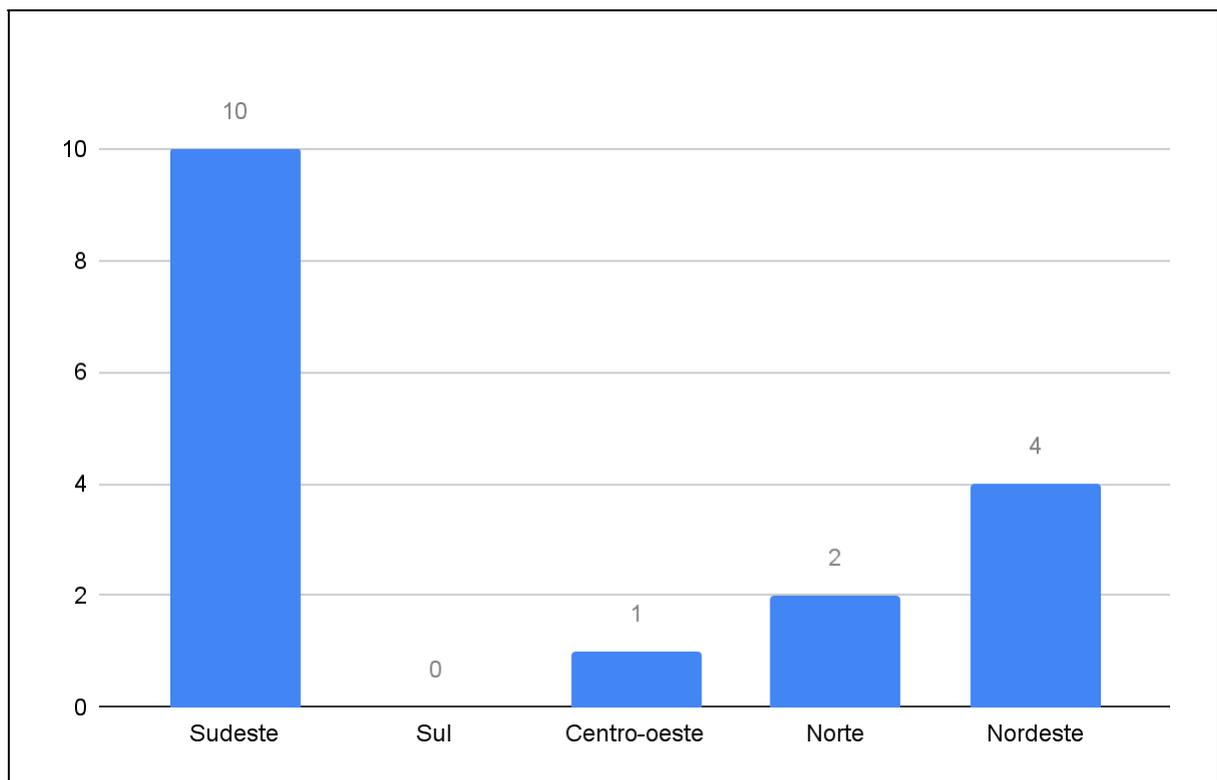
Portanto, foi possível observar um silenciamento sobre raça, racismo e etnia nos estudos sobre gênero e feminismos na Sociologia brasileira que está estreitamente relacionado com a lógica de centro e periferia científica. Esta é uma lógica construída na modernidade colonialidade e que na produção de conhecimento passa a definir quem é sujeito e quem é objeto, quem é detentor de conhecimento e quem não é, quem pode ser referenciado

¹² IC: Raça, racismo e pensamento feminista negro na Sociologia Brasileira (1996-2016), realizado entre 2020 e 2021 - link: https://drive.google.com/file/d/1PhJFAb_R-zNju4wNV6fVt9i9DpCJgviJ/view?usp=sharing. IC: Epistemologias negras na Sociologia Brasileira (1996-2016), realizado entre 2021 e 2022 - link: <https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1q4azSdFS1b7tmhItoZYHe4AsQuPpeQGj>

e quem não pode, etc. Sobre essa lógica moderna de centro e periferia, Ramón Grosfoguel (2020) expressa: “A modernidade surge quando a Europa se afirma como o “centro” de uma história universal que ela inaugura; a “periferia” que cerca esse centro é consequentemente parte de sua autodefinição” (2020, p. 161). Ou seja, no âmbito global, a Europa se autointitulou de “centro” (de detentores da razão e da humanidade) e os outros se tornaram “periferias” (países desajustados, selvagens) e essa definição unilateral e universalista deu a Europa as inaceitáveis justificativas para praticar o inaceitável.

Mas e no Serviço Social brasileiro? Essa lógica racista também se apresenta? O gráfico abaixo apresenta os artigos selecionados para análise da revista Serviço Social & Sociedade de acordo com sua origem regional.

Gráfico 7 - Produção científica em Serviço Social sobre raça, racismo e etnia segundo origem regional da Revista Serviço Social & Sociedade (2012-2022)



Fonte: Elaboração nossa por meio de levantamento dos volumes disponíveis na fonte de indexação SciELO.

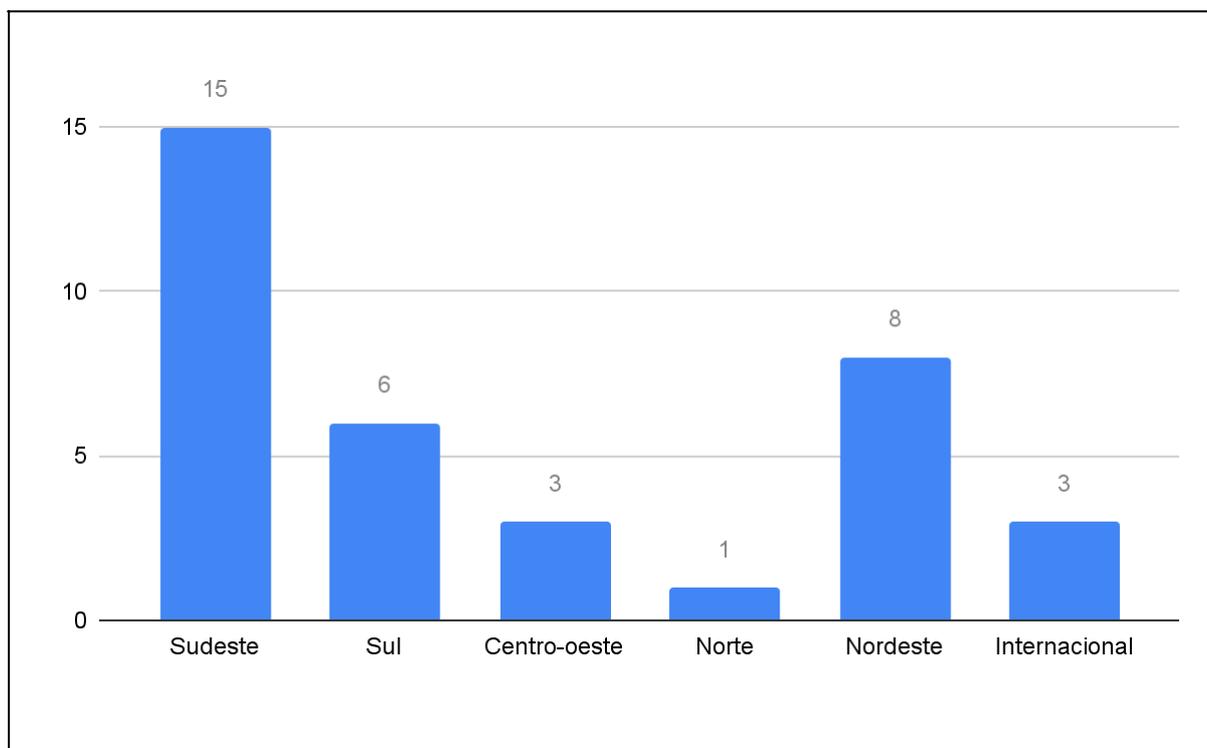
Dos 18 artigos selecionados que discutem raça, racismo e etnia na revista Serviço Social & Sociedade 10 estão situados no Sudeste o que corresponde a 58,8%. Esse percentual expressa uma concentração de produção de conhecimento em uma região do país e que não

por acaso é o Sudeste brasileiro, construído na lógica de centro e periferia como o centro industrial, tecnológico e de conhecimento do país.

Assim, deduzimos que não é por acaso que a revista está situada no sudeste e que 6 das 11 pessoas que compõem o conselho editorial também são do Sudeste. Afinal, quando pensamos em intelectualidade, em tecnologia de ponta, de acesso a recursos no Brasil, é inevitável pensar no Sudeste. A própria mídia e entretenimento consolidam esse imaginário, e pelo visto a divulgação científica segue o mesmo caminho. Nesse sentido, podemos observar a reprodução da lógica de centro e periferia científica, que se espelha um modelo global de opressão na produção e reprodução do racismo, que se expressa também nessa lógica moderna de centro e periferia.

Dando continuidade a análise documental, como o mapeamento regional se expressa na produção de conhecimento da revista *Katálysis*? O gráfico abaixo apresenta:

Gráfico 8 - Produção científica em Serviço Social sobre raça, racismo e etnia segundo origem regional da Revista *Katálysis* (2012-2022)



Fonte: Elaboração nossa por meio de levantamento dos volumes disponíveis na fonte de indexação SciELO.

Das 36 publicações sobre raça, racismo e etnia na revista *Katálysis* 15 tem origem regional do Sudeste e 6 do Sul, somando juntos 21 artigos. Dos 15 restantes ainda

encontramos 3 de autoria internacional, 3 do Centro-Oeste, e o Norte e Nordeste juntos somam 9 artigos.

Nesse sentido, podemos nos questionar: Por que as principais referências do Serviço Social Brasileiro são do Sudeste e Sul do país? Por que essas regiões do país monopolizam a produção de conhecimento? Por que são considerados os melhores cursos de graduação e programas de pós-graduação em Serviço Social os situados no Sudeste e Sul do país? Por que as revistas consideradas como “principais” no Serviço Social brasileiro estão situadas no Sudeste e Sul?

Vivian Matias dos Santos (2022) ao considerar a racialização como estruturante das desigualdades regionais no Brasil, aponta que a periferia científica brasileira é composta por regiões majoritariamente negras em contrapartida do centro científico composto por uma população predominantemente branca, como já expresso anteriormente. Nessa perspectiva ela nos diz o seguinte:

Pensando em uma geopolítica e economia política do conhecimento, é imprescindível considerar que as regiões que possuem acesso à maior parte dos recursos de incentivo à pesquisa são também aquelas pioneiras na produção industrial e na consolidação do capitalismo no país. Não poderia ser diferente, tendo em vista que esta política, desde a sua origem até os dias atuais, tem também como objetivo a produção de conhecimentos para atendimento das necessidades do mercado. Considerando o CNPq, a principal agência de fomento à pesquisa no país, pode ser observada a distribuição desigual de recursos em CT&I entre as regiões brasileiras: em 2020 78,2% do financiamento de projetos de pesquisa pelo CNPq foi concedido às Regiões Sudeste e Sul; enquanto as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, juntas, receberam 21,76% dos recursos. (2022, p. 130)

Nessa perspectiva a supervalorização da intelectualidade e produção de conhecimento do Sudeste e Sul é, na verdade, racismo epistêmico decorrente da colonialidade do saber e do poder. “O privilégio epistêmico e a inferioridade epistêmica são dois lados da mesma moeda. A moeda é chamada racismo/sexismo epistêmico (Grosfoguel, 2012), na qual uma face se considera superior e a outra inferior.” (GROSFOGUEL, 2016, p. 27). E somo a isto a contribuição de Joaze Bernardino-Costa, “O racismo também será um princípio organizador daqueles que podem formular um conhecimento científico legítimo e daqueles que não o podem” (BERNARDINO-COSTA et al. 2020, p. 11).

Angela Figueiredo (2020) descreve a colonialidade do saber:

A colonialidade do saber pode ser definida brevemente pela relação de poder e saber que se estabelece em todas as dimensões da cultura, a partir de uma lógica e de uma visão de mundo europeia. Nesse sentido, os aportes teóricos caminham, por um lado, na denúncia à violência epistêmica e, por outro, na busca da compreensão,

inclusão, validação de outras pedagogias, conteúdos e de sujeitos produtores de conhecimento (OLIVEIRA; CANDAU, 2013). (2020, p. 18)

Portanto, essa lógica de centro e periferia científica, que é racista, não diz respeito apenas sobre localização geográfica, corresponde à dimensão da colonialidade do poder e do saber. Matias (2022) ao explicar a lógica de centro e periferia interna, diz:

pensar sobre ciência e tecnologia brasileira demanda o movimento de pensar o Brasil como Estado-nação que, após fundada a administração colonial, não rompeu com a matriz colonial de poder sendo construído como periferia econômica, cultural e científica no globo assim como os demais países da América Latina. Este Estado-nação tem também como função a reprodução da colonialidade, sendo responsável por "ordenar", de modo convergente aos interesses imperiais, um desenvolvimento interno desigual por meio também da consolidação de centro e periferia no interior do país. (2022, p. 131)

Não só não rompeu a matriz colonial de poder, como no caso das universidades brasileiras, sua construção teve o modelo das universidades europeias assim como a perpetuação do eurocentrismo, visto a reprodução da colonialidade. José Jorge de Carvalho (2020) no texto “Encontro de saberes e descolonização: para uma refutação étnica, racial e epistêmica das Universidades brasileiras”, diz:

Esse mito racista e xenófobo, resultado dos imperialismos, colonialismos e da escravidão atlântica dos séculos anteriores, foi transplantado para o Brasil na criação das nossas primeiras universidades, em especial na sua versão francófona, como foi o caso da UFRJ e da USP, fundadas por duas missões francesas, instalando assim nossa elite acadêmica europeia. Não sobra observar que nossa colonização mental foi ainda mais completa porque o espaço social no qual as universidades se instalaram, era inteiramente branco, o que facilitou a identificação dos nossos acadêmicos com seus pares (brancos) europeus. (2020, p. 85)

É nesse cenário branco que as universidades brasileiras se formam, sendo também esse cenário presente na produção de conhecimento, não sendo diferente no Serviço Social brasileiro. Acho pertinente frisar o termo utilizado por José Jorge de Carvalho quando menciona acima a “colonização mental”. O que sabemos é fruto de quais processos? Em qual modelo de conhecimento se espelha a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro? Sobre qual arcabouço teórico o Serviço Social brasileiro, em sua atuação, está enfrentando o racismo?

Essa lógica de centro e periferia expressa na vinculação regional dos artigos analisados, expõe a face da colonialidade do poder e do saber ao firmar quem tem conhecimento e quem não tem:

O racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negro-africana. A África é o continente “obscuro”, sem uma história própria (Hegel); por isso a Razão é branca, enquanto a Emoção é negra. Assim, dada a sua “natureza sub-humana”, a exploração socioeconômica dos americanos por todo o continente é considerada “natural”. (GONZALEZ, 2020, p. 135)

O racismo é, então, esse instrumento de silenciamento e morte, onde a categoria de humano tem sido disputada por pessoas negras, visto que temos nossa humanidade negada, questionada, e dessa forma nos expõe a toda vulnerabilidade de estar fora do clube dos humanos, como diz Krenak (2020), de estar vulnerável a ser chicoteado com uma coleira de cachorro a luz do dia¹³, de ter nossas experiências e conhecimentos silenciados, tidos como inferiores. Nessa direção hierarquiza quem é sujeito, ou seja, detentor da razão, e o objeto, sendo a este destinado o lugar de “coisa a ser estudado”, de força de trabalho desvalorizado.

Podemos compreender o silenciamento das discussões étnico-raciais e a presença da lógica de centro e periferia científica nas revistas analisadas como expressões claras do racismo e epistemicídio presente na produção de conhecimento brasileiro, que reflete no Serviço Social ao ter uma relação histórica com ideologias burguesas, eurocêntricas, como a falácia da democracia racial, que maquiou o racismo brasileiro por trás de palavras vazias como “somos todos iguais”.

Não podemos esquecer o mito da “democracia racial”, pois, como ideologia dominante, ela serviu para esconder a existência de um racismo estrutural manifesto no plano da vida material da parcela majoritária da classe trabalhadora racialmente discriminada. Assim, como conjunto de valores interiorizados pela sociedade brasileira, o mito passou a fazer parte do conjunto de ideias explícitas e/ou implícitas em todas as dimensões da vida social, inclusive no conjunto de ideias que nortearam historicamente a formação profissional. (CORREIA, 2020, p.133)

3.1 COLONIALIDADE DO PODER: DIANTE O ATREVIMENTO À FALA, O SILENCIAMENTO

Na reprodução da colonialidade do poder e do saber, expresso na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro, tomando as revistas em destaque como referência, foi se instituindo quem é sujeito e quem é objeto, quem tem conhecimento e quem é objeto de conhecimento, o que deve receber atenção de estudos e pesquisas e o que precisa ser

¹³ Notícia sobre homem negro agredido à chicotadas com coleira, por uma mulher racista: <https://mundonegro.inf.br/ela-me-tratou-como-seu-eu-fosse-escravo-diz-entregador-chicoteado-por-nutricionista-branca/>.

silenciado, inclusive como autoproteção da branquitude. Afinal, qual o medo na produção de conhecimento das revistas em análise, e para além delas, de discutir as questões étnico-raciais? De dar visibilidade a sujeitos/as historicamente silenciados nesse país?

Sobre o tópico “Falando do Silêncio” Grada Kilomba (2019) diz o seguinte:

Por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, “mantidas em silêncio como segredo”. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (2019, p. 41)

Até quando o racismo epistêmico será guardado como segredo? Até quando a reprodução da colonialidade será aceita como algo “natural” na perspectiva crítica hegemônica no Serviço Social brasileiro? Até quando pesquisadores do Nordeste, Norte e Centro-oeste, regiões majoritariamente negras, não terão reconhecimento e espaço igualitário de publicação nas revistas *Katálisis* e *Serviço Social & Sociedade*?

Sobre a colonialidade exponho na pesquisa de iniciação científica “Raça, racismo e pensamento feminista negro na sociologia brasileira (1996-2016):

A Colonialidade é uma lógica inserida na modernidade e refere-se à permanência do poder colonial que sustenta-se impondo uma classificação e hierarquia racial/étnica da população mundial, sendo indissociável do racismo e das explorações de classe oriundas da sociabilidade capitalista, surgindo a partir do colonialismo das américas (QUIJANO, 2005). Ditando e se pondo como referência sobre a estrutura de trabalho, da produção de cultura e conhecimento científico legitimado, ditando as formas de ser, do sexo, etc, como também a colonialidade do gênero que é vista por Lugones como “processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos.” (2014, p.939) e é seguindo esse entendimento que ela diz que “mulher colonizada é uma categoria vazia, nenhuma fêmea colonizada é mulher”, porque a categoria mulher destina-se a mulher branca europeia, em semelhança do homem branco europeu” (LIMA, 2021, p. 9).

Portanto, sendo a colonialidade do poder essa lógica opressora de dominação e imposição, na produção de conhecimento se impõe sobre o que é “relevante” e o que não o é, o que deve ser escondido e silenciado, assim como o que deve ser evidenciado, pesquisado e publicado.

Carvalho (2020) exerce uma grande contribuição ao analisar o que estruturou as universidades brasileiras, evidenciando a imposição da colonialidade do poder e do saber desde a construção das primeiras instituições de ensino superior no país:

[...] é emblemático do desejo explícito da nossa elite acadêmica de se filiar à genealogia universitária europeia. Campinas é uma região com uma enorme tradição escravista, porém a Unicamp não estabeleceu nenhuma relação com os saberes de origem africana. Na mesma região foi fundada antes a Universidade de São Paulo, porém nem os guaranis nem as comunidades negras que viviam (e ainda vivem) na região foram chamados para discutir o modelo de universidade concebida para “desenvolver” o estado. [...] Nós nos vinculamos aos europeus e nos colocamos como seus súditos: em pleno século XX, eles nos ensinaram como uma universidade moderna deveria funcionar, e nós repetimos fielmente a maneira implicada. Estabeleceu-se um padrão de fundação subalternizante e dependente. (2020, 84-85)

Quando falamos do Serviço Social brasileiro, e a produção de conhecimento por ele produzido, imaginamos uma produção pluriepistêmica, antirracista, afinal vivemos em um país majoritariamente negro, onde a classe trabalhadora tem cor e essa cor é negra (pretos e pardos), sendo também a população negra maior como usuários das políticas sociais. No entanto, a partir do que pudemos observar não tem sido esse o nível de importância que as questões étnico-raciais têm tomado na produção de conhecimento da área, tendo como referência as análises das revistas em destaque.

Aline Nascimento Santos Correia (2020), ao refletir sobre as questões que envolvem o silenciamento do debate étnico-raciais na produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro, expõe:

levantar o debate na formação profissional sobre as desigualdades étnico-raciais associadas à história econômica e política da formação social brasileira é possibilitar aos/as assistentes sociais a chance de compreender o racismo estrutural sobre o qual se ergueu o capitalismo brasileiro e romper com o mito da “democracia racial” que serve à dominação burguesa. (p. 132)

Não há nenhuma profissão que não se construa sob bases teóricas, metodológicas e ético-políticas. Nesse sentido vale sempre refletir, quais as bases teóricas que sustentam a produção de conhecimento e consequentemente o fazer profissional das/os assistentes sociais no Brasil? O que sabemos? Por que sabemos apenas essas coisas? Quem tem sido nossas referências e porque? Quem ou quais sujeitos estão sendo silenciados nesse referencial teórico, metodológico e ético-político? De onde partem esses conhecimentos?

Sugiro essas reflexões como cotidianas, no dia a dia profissional, seja como pesquisador/a, docente, como membros dos conselhos editoriais e editores de revistas divulgadoras de conhecimentos como as em análise, na perspectiva de encarar de frente o longo histórico de silenciamento das questões étnico-raciais no Serviço Social brasileiro e

dessa forma agir para uma produção pluriépistêmica, que não continue a reproduzir a lógica perversa do epistemicídio.

O negro sempre esteve presente para o Serviço Social brasileiro, como disse, este país é negro, no entanto, sempre esteve longe das reflexões profissionais, que estavam ocupadas demais estudando e publicando sobre uma classe trabalhadora que parecia não ter cor. Não é à toa que Carolina de Jesus, grande intelectual negra brasileira, afirmava não ver eficiência no Serviço Social com relação ao favelado.

Tereza Cristina Santos Martins (2020) no texto “Questão social” na formação profissional: Como compreendê-la sem as determinações étnico-raciais?”, faz algumas indagações muito pertinentes, no qual destaca: “como o profissional de Serviço Social pode analisar/responder a/à “questão social” no Brasil sem levar em conta a questão étnico-racial que grita nas suas expressões reveladas nas pesquisas oficiais, nos indicadores sociais e no cotidiano da prática profissional?” (p.143-144)

Ela ainda é mais incisiva ao destacar a indissociabilidade da questão social das questões étnico-raciais:

É fato, o processo que constituiu as relações capitalistas no contexto brasileiro foi o mesmo que forjou a questão étnico-racial. Por esse ângulo, não se trata de processos distintos ou alheios àquele que determinou/determina a “questão social” no Brasil. Ao contrário, a questão étnico-racial é produto fundante do capitalismo forjada nos processos de colonização, escravidão e de constituição do capitalismo. (...) Um marco importante do racismo é o processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre, contexto em que o lugar do/a negro/a nas relações de produção vai se consolidar à margem do trabalho assalariado. Ao ser considerado incompatível para as relações assalariadas, os/as trabalhadores/as negros/as serão marcados profundamente pelo racismo que se estrutura nas relações de produção, originando um processo que marcará decisivamente suas vidas no desemprego, na informalidade e nas relações de trabalho precárias. (2020, p.146-147)

Nessa perspectiva, Martins (2020) deixa em evidência que não há indissociabilidade entre classe e raça, visto que essas são categorias e ideologias que se constroem no mesmo processo de modernidade e colonialidade, sobretudo no Brasil. Dessa forma, no contexto brasileiro raça e etnia na produção de conhecimento não devem ser compreendidos como temáticas a serem pautadas em editoriais específicos, de forma isolada, de vez em quando. Raça e etnia, assim como gênero, devem atravessar todo e qualquer conhecimento que pretenda conhecer a realidade em sua totalidade, que queira conhecer a formação e relações sociais do país, que queira conhecer o capitalismo no contexto brasileiro, o que o estrutura e como agir para superá-lo.

No que se refere ao conhecimento produzido pelo Serviço Social brasileiro é importante reconhecer produções de intelectuais que têm demonstrado que não dá para estudar e atuar frente às expressões da questão social sem reconhecer que o racismo atravessa essas expressões. Que o racismo é o nó da questão social, como aponta Renata Gonçalves (2018). Sendo assim, é necessário um novo congresso da virada, capaz de “remexer” nas bases teóricas do Serviço Social brasileiro. É imperativo caminhar em direção de uma produção de conhecimento de base pluriépistêmica, sobretudo no Brasil, país onde tantas vozes foram silenciadas, desde a chegada das caravelas. Onde tantas desigualdades foram moldando a cara do povo brasileiro.

O Congresso da virada marca uma ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, resumidamente, marca uma ruptura com algumas bases que fundaram a profissão no Brasil. Reconhecido como um marco na categoria profissional O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais¹⁴ (congresso da virada) aconteceu de 23 a 28 de setembro de 1979 em São Paulo e teve consequências importantes, como a fundamentação das Diretrizes Curriculares numa nova direção ético-política profissional alinhada à classe trabalhadora a partir da hegemonia de classe tendo ideais marxistas como balizador. Como também acarretou numa reformulação do Código de Ética, em 1986, que alinou-se às novas concepções inseridas no campo da formação e atuação profissional.

É nesse sentido de mudanças significativas na estrutura da formação e atuação profissional, o que envolve a produção de conhecimento, que expresse a necessidade simbólica de um novo congresso da virada, este que rompa com o racismo.

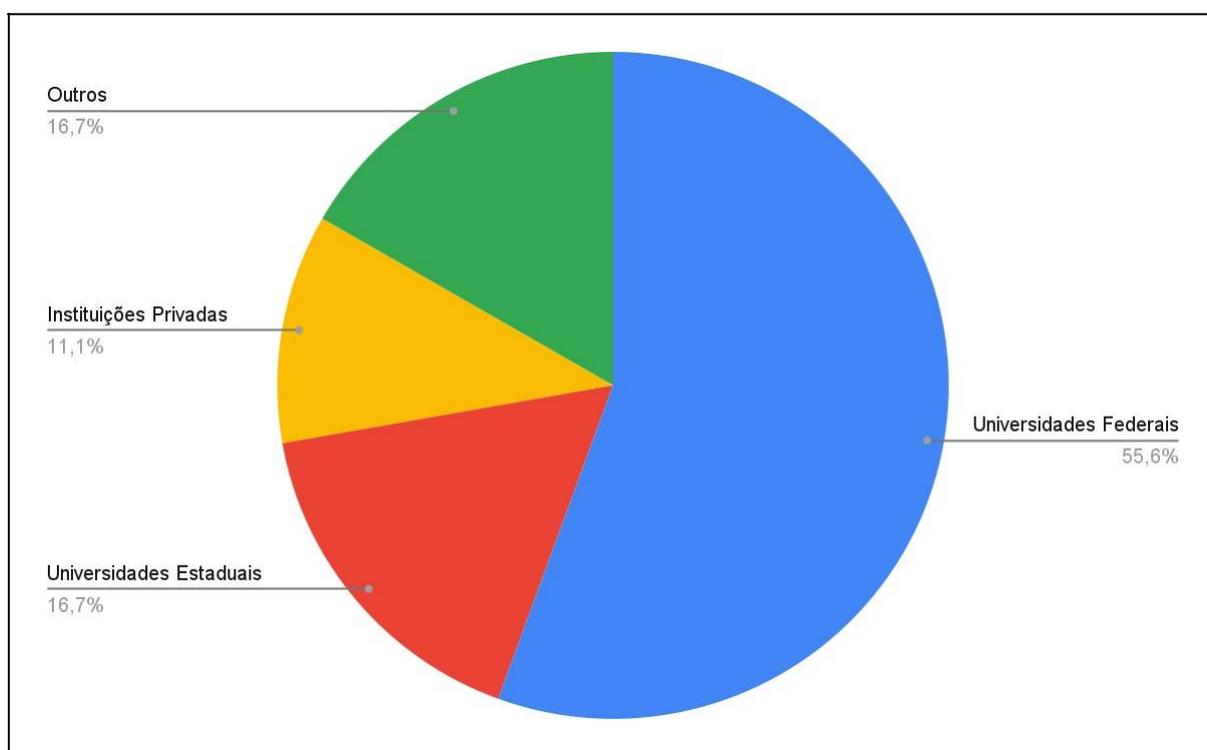
¹⁴ Ver mais informações sobre o Congresso da virada:
<http://www.cress-es.org.br/41-anos-do-congresso-da-virada-do-servico-social-brasileiro-a-importancia-da-consolidacao-teorico-pratica-e-do-projeto-etico-politico-em-nossa-historia/>

3.2 VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL

Por fim, mas não menos importante, analisamos a vinculação institucional dos artigos, para compreender quais instituições de ensino e pesquisa têm produzido conhecimentos acerca das questões sobre raça, racismo e etnia no Serviço Social brasileiro.

O gráfico abaixo representa os artigos que discutem a temática analisada de acordo com a vinculação regional da revista Serviço Social & Sociedade:

Gráfico 9 - Produção científica em Serviço Social sobre raça, racismo e etnia segundo vinculação institucional na Revista Serviço Social & Sociedade (2012-2022)

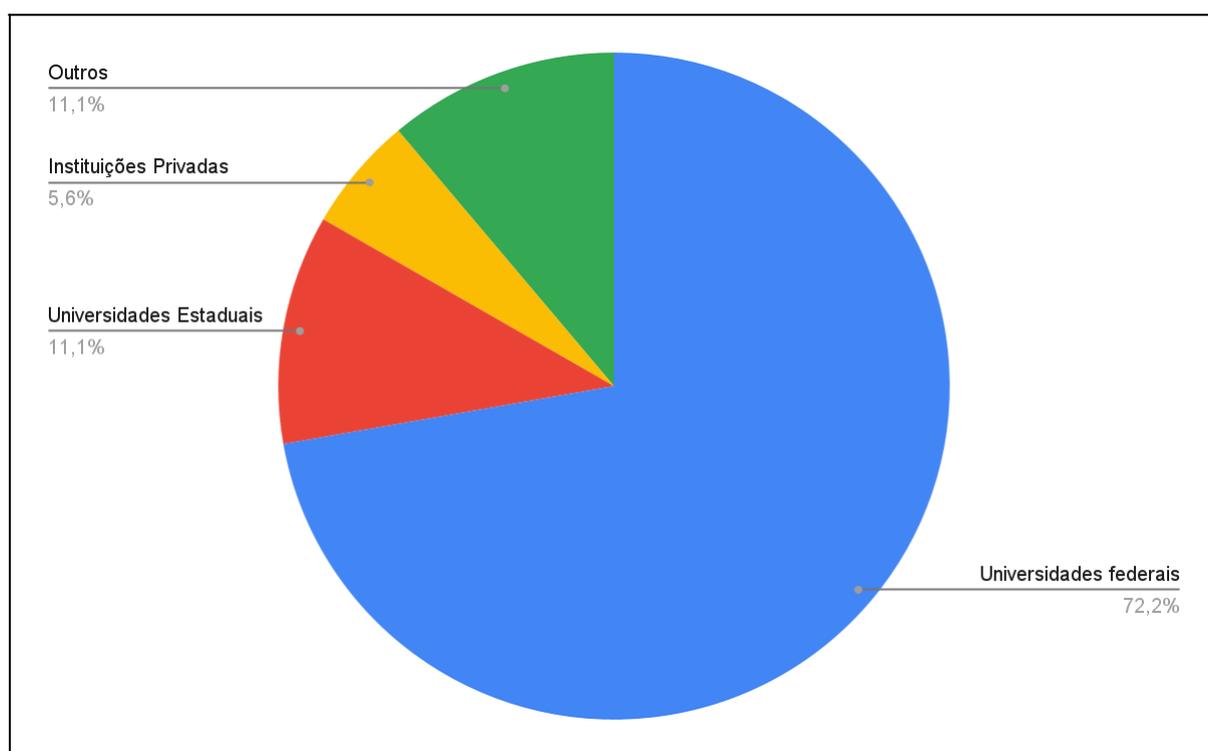


Fonte: Elaboração nossa por meio de levantamento dos volumes disponíveis na fonte de indexação SciELO.

Como expresso no gráfico as universidades federais brasileiras têm sido as precursoras na produção científica sobre as questões étnico-raciais. Dos 18 artigos sobre as temáticas, 10 (55,6%) têm vinculação com universidades federais, 3 com universidades estaduais e 2 têm vínculo em instituições de ensino privado. O que está representado por “Outros” no gráfico, refere-se a 1 artigo de autoria autônoma, 1 artigo com vinculação institucional com a Defensoria Pública de São Paulo, e por fim 1 artigo com vinculação institucional internacional.

Já a revista *Katálysis*, tem 36 artigos que versam sobre raça, racismo e etnia e a vinculação regional é assim mapeada:

Gráfico 10 - Produção científica em Serviço Social sobre raça, racismo e etnia segundo vinculação institucional na Revista *Katálysis* (2012-2022)



Fonte: Elaboração nossa por meio de levantamento dos volumes disponíveis na fonte de indexação SciELO.

Dos 36 artigos selecionados da revista *Katálysis*, 24 têm vinculação institucional de universidades federais do Brasil, mais 2 artigos têm vinculação em centro e instituto federais, que somados às universidades federais somam 72,2% dos artigos analisados. Mais 4 artigos têm vinculação em universidades estaduais e 2 em instituições de ensino privado. Os artigos representados como “outros” referem-se a 3 artigos de vinculação internacional e 1 de universidade comunitária.

Esses gráficos apresentam a importância das instituições públicas de ensino, sobretudo as universidades federais, nos tensionamentos e produções de conhecimentos acerca das questões étnico-raciais. José Jorge de Carvalho (2020) ao falar sobre a importância das universidades no projeto de descolonização, diz:

[...] defendo, primeiramente, a centralidade da instituição universitária nas lutas pela construção de um Estado brasileiro descolonizado que seja de fato democrático e igualitário na justiça e no acesso aos recursos materiais, plurinacional, com equidade na sua diversidade étnica e racial, e deveras pluricultural e pluriépistêmico. Afinal, das universidades saem os quadros de servidores do Estado - o judiciário, o executivo, o oficial militar, os quadros empresariais, os operadores dos meios de comunicação, etc. A discriminação racial, o imaginário racista, o genocídio contra os negros e indígenas [...] Se de fato a formação universitária molda a mentalidade dos estudantes, então o racismo e o genocídio certamente poderão ser confrontados com maior eficácia se uma nova geração de estudantes universitários brancos adquirir uma formação antirracista, descolonizadora e sensível à diversidade dos saberes não ocidentais criados e reproduzidos pelos negros, indígenas e demais povos tradicionais. (2020, p. 80-81)

Portanto, é nessas mesmas universidades, sobretudo as públicas, onde a colonialidade do poder e saber se expressam por meio de teorias e conceitos racistas, por negar ou silenciar conhecimentos e saberes que se contrapõe ao eurocentrismo, e é também nesse espaço que o antirracismo precisa estar, é onde se faz necessário descolonizar as mentes.

Descolonizar as mentes não se refere à negação de conhecimentos úteis produzidos por pessoas brancas da Europa e EUA, isso é o que a colonialidade do saber faz - nega conhecimentos que não são os seus e quando lhes são úteis se apropriam, roubam conhecimentos de grupos silenciados. Descolonizar as mentes refere-se à ruptura da imposição da máscara de silenciamento (KILOMBA, 2019) imposta aos grupos silenciados, negros, indígenas, povos tradicionais. Refere-se à negação dos conhecimentos eurocêntricos como universais, como os que detêm a verdade absoluta, a razão e a credibilidade.

Nesse sentido, é válido destacar a disputa no campo da produção de conhecimento hegemonicamente branco e racista, de pesquisadoras e pesquisadores seja da pós graduação ou estudantes de graduação, de dentro das universidades públicas brasileiras têm tensionado o que tem sido ensinado, as referências que têm sido impostas, os silenciamentos epistêmicos. Tem denunciado o racismo, o epistemicídio, recontado a história desse país e tem feito propostas para vivermos de fato em um Estado democrático.

É então fundamental a presença de pessoas negras, indígenas e de comunidades tradicionais nos espaços de produção de conhecimento para que aconteça uma descolonização das mentes, visto que, como aponta Figueiredo (2019), esses/as estudantes/pesquisadores/as priorizam temas que os/as cercam para análise e discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção científica do Serviço Social brasileiro é racista. O impacto provocado por esta afirmação é necessário para que o Serviço Social, em sua produção de conhecimento (que também alicerça a formação profissional), compreenda que para o fortalecimento e aprofundamento do horizonte ético-político crítico hegemônico é imprescindível a contínua e ininterrupta posição antirracista.

Essa constatação não é inventada (não é "mimimi"¹⁵). Tomando como referência as análises nas revistas Serviço Social & Sociedade e Katálysis (2012-2022), ambas consideradas como de grande importância e relevância pela categoria, a incidência da produção científica sobre raça, racismo e etnia é que atesta isso, que representam apenas 5,1% e 5,8%, respectivamente.

E, considerando que no Brasil temos a construção histórica "centro científico branco x periferia científica negra" (MATIAS DOS SANTOS, 2021), a racialização e o racismo na produção científica do Serviço Social expressam-se, também, na presença da lógica de centro e periferia científica que segue sustentando uma política científica e editorial que privilegia pesquisas de autorias do Sudeste, região predominantemente branca, em detrimento de autorias do Norte, Nordeste e Centro-oeste, regiões majoritariamente negras.

Vale ressaltar que esse racismo é um reflexo de um racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), no qual o Serviço Social, em suas contradições, está inserido. Nesse sentido é importante enfatizar que a reprodução do racismo na categoria profissional muito se dá pela base teórica que alicerça a formação e atuação profissional que, ao silenciar discussões caras para compreensão da realidade brasileira e seus processos históricos de racialização, impacta na intervenção profissional.

Não à toa, olhando para a intervenção profissional antes de seu processo de reconceitualização crítica, Maria Carolina de Jesus, mulher negra e periférica, em 1956 já dizia não ver eficiência no trabalho do Serviço Social com relação ao favelado. Mas, e após sua reconceitualização e no bojo de sua hegemonia crítica, como hoje o Serviço Social brasileiro tem considerado, estudado, produzido conhecimentos que percebam o racismo como estrutural na sociedade capitalista?

¹⁵ Essa expressão tem caráter pejorativo e define uma pessoa ou grupo que "reclama demais". Com reclamar entende-se "problematizar". Nesse sentido, discursos legítimos têm sido reduzidos, por essa expressão, a reclamações sem sentido ou exageradas. Essa expressão tem sido muito utilizada por racistas, LGBTQIA+fóbicos, machistas, etc, para deslegitimar as denúncias de negros, mulheres, etc. É uma expressão muito presente no discurso do ex-presidente Bolsonaro e do bolsonarismo.

Não pretendemos dizer que o Serviço Social não tem relevância enquanto profissão capaz de posicionar-se de forma antirracista, muito pelo contrário. No entanto, questionamos: Ao silenciar as discussões étnico-raciais a produção científica da categoria está atestando que as vidas negras (que representam mais da metade da população nacional e que é a cara da classe trabalhadora brasileira) e indígenas não são relevantes?

Durante a escrita desta monografia, vários crimes de racismo aconteceram e tiveram algum alcance de visibilidade na TV e nas redes sociais. Difícil refletir sobre os silenciamentos das questões étnico-raciais na produção de conhecimento em Serviço social, quando a gente tem nossos corpos silenciados, chicoteados, perseguidos, alvejados, etc. Nossas vidas não importam? Nossa existência, resistência, persistência não são relevantes?

O racismo, como pudemos observar, não é novo, no Brasil tivemos várias fases de sua execução, sempre cruel e desumano. Na atualidade não há mais desfaçatez, à luz do dia, sob a mira de câmeras e transmissões ao vivo o racismo e os/as racistas não têm medo de mostrar a cara. O avanço da extrema direita no mundo e o bolsonarismo no Brasil têm deixado evidente que o racismo não dorme e tem face do passado mais sombrio.

O presente com cara de passado é marcado por pessoas negras sendo resgatadas de trabalho análogo à escravidão. Pelo genocídio dos povos Ianomâmis e a invasão de suas terras. É marcado pela negação do direito de ir e vir quando nem compras podemos fazer sem ter nossos corpos perseguidos como suspeitos. É o tempo de ter corpos negros sendo chicoteados por racistas raivosos à luz do dia, e nada acontece.

Onde está o Serviço Social nisso tudo? Está nas instituições que compõem a sociedade, logo, expressam o racismo estrutural. Nesse sentido, tendo um projeto ético-profissional que visa a superação da sociabilidade capitalista, exige da categoria profissional o mesmo esforço para superação do racismo. E isso envolve a produção de conhecimento.

Mais do que publicar artigos sobre raça, racismo e etnia, as revistas relevantes como a Serviço Social & Sociedade e Katálysis precisam incentivar a divulgação de estudos e pesquisas sobre essas questões e ter como critério editorial a produção de conhecimento antirracista. Dessa forma as discussões étnico-raciais sairiam de temáticas discutidas em editoriais específicos, o que ainda se configura como uma produção eventual e marginalizada no campo. Pode parecer utópico ou idealizador demais, no entanto, de nada adianta o discurso antirracista sem a prática. Pudemos observar isso quando analisamos os textos dos editoriais no capítulo II - não adianta discutir as questões étnico-raciais em editoriais

específicos e não publicar nada que contenha essas mesmas discussões em outros números das revistas.

O que tem sido produzido de conhecimento na esfera do Serviço Social acerca das questões étnico-raciais no ministério público?

O que tem sido produzido sobre raça, racismo e etnia no âmbito do Serviço Social na política de saúde? Na assistência social? No espaço sócio ocupacional do/da Assistente Social na educação?

E o que tem sido produzido, tem sido publicado?

Qual tem sido a formação teórica que estudantes de Serviço Social no Brasil têm recebido para lidar com o racismo que com certeza se apresentará nos espaços profissionais?

Mais quantos crimes de racismo terão que acontecer para as discussões raciais serem centrais na produção de conhecimento e formação educacional no Brasil?

Percebo que, além da impunidade que incentiva a reprodução do racismo, os silenciamentos de um conhecimento crítico acerca das questões étnico-raciais dá espaço para reprodução do racismo no âmbito do saber, e no âmbito institucional, onde o fazer profissional de assistentes sociais se dá. Tales Willyan Fornazier Moreira (2020) no texto “Serviço Social e Questão étnico-racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão”, destaca:

Mesmo constatando que a população negra é a maioria usuária dos serviços em que atuamos, há uma parcela considerável de profissionais que, contraditoriamente, não entendem como importante discutir sobre racismo. Isso pode ser evidenciado nos resultados parciais de uma pesquisa realizada pelo CRESS-SP, através do Comitê de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Um dado que merece reflexão é que 49% dos/as profissionais já presenciaram situações de preconceito/discriminação sofrido por usuários/as, porém, 61% alegaram que em seus espaços sócio ocupacionais não há nenhuma atividade ou discussão com a população usuária sobre a questão étnico-racial. Além disso, 35% relataram também que não utilizam o quesito raça/cor nos instrumentos de atendimento, pois não se trata de algo importante e que a profissão ainda não viu essa necessidade. (2020, p.88)

Como observado na citação acima, 35% dos/as assistentes sociais que participaram da pesquisa não encararam como importante o preenchimento do quesito raça/cor nos instrumentais e 61% diz não haver nenhuma discussão sobre as questões étnico-raciais com a população usuária nos espaços sócio-ocupacionais. Como o Serviço Social brasileiro poderia estar empenhado em uma mudança estrutural, sem envolver as dimensões étnico-raciais?

Quijano (2005) no texto “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina” defende o entendimento de raça como categoria mental da modernidade, ou seja, é na

modernidade que raça estabelece, a partir de diferenças fenotípicas (cor de pele, traços físicos) uma ideia de hierarquia natural, e a partir disso a construção de identidades sociais e a consolidação de relações sociais definidas a partir de raça. Nesse sentido, foram impostas “todas as formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas, originalmente índios, negros e de modo mais complexo, os mestiços, na América” e o “trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos” (QUIJANO, 2005, p. 120). Portanto, as relações de produção no capitalismo colonial/moderno foram racializadas. De acordo com o autor:

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente (...) Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. (2005, p. 118)

Dessa forma, sendo raça uma categoria central nessa sociabilidade, presente na constituição das relações sociais e no modo de produção, ou seja, é umas das bases estruturantes da sociedade capitalista (ALMEIDA, 2019), tencionamos a produção científica do Serviço Social brasileiro ao questionar: **Pode o capitalismo ser superado sem a superação do racismo?**

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Feminismos Plurais (Selo Sueli Carneiro) Pólen, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Introdução: Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. in: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed.; 3.reimp. Belo Horizonte: Autêntica (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2020. p. 9-26.

BRASIL. Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. Institui a Lei de cotas. Brasília-Br 2012.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não Ser como fundamento do Ser**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. **Encontro de saberes e descolonização: para uma refutação étnica, racial e epistêmica das Universidades brasileiras**. in: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed.; 3.reimp. Belo Horizonte: Autêntica (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2020. p.79-106.

CORREIA, Aline Nascimento Santos. **O silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro**. In: MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiere Ferreira da (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2020, p. 115-137.

CLEMENTE, Flávia. **Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras**. Tese de doutorado. Recife-PE, 2019.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. Dissertação de mestrado. UFRJ, 2010. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/759425.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023

FIGUEIREDO, Angela. **Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>. Acesso em: 13 abr. 2023

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfrRRWwjtFN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 abril. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flavia Rios e Marcia Lima. - 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos.** in: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodispórico.** 2. ed.; 3.reimp. Belo Horizonte: Autêntica (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2020. p.223-246.

GROSFUGUEL, Ramón. **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada.** in: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodispórico.** 2. ed.; 3.reimp. Belo Horizonte: Autêntica (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2020. p. 55-77.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** - 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano** (J. Oliveira, Trad.). 1.ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA, William da Silva. **Raça, Racismo e Pensamento Feminista Negro na Sociologia Brasileira (1996-2016)** - relatório final de iniciação científica de 2020-2021. Recife-PE - in: https://drive.google.com/file/d/1PhJFAB_R-zNju4wNV6fVt9i9DpCJgyiJ/view?usp=sharing

MARTINS, Tereza Cristina Santos; SANTOS, Juliane dos; SANTOS, Ana Caroline Trindade dos; CAVALCANTE, Itanamara Guedes. **“Questão social” na formação profissional: como compreendê-la sem as determinações étnico-raciais?** In: MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiros Ferreira da (org). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social.** São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2020, p. 139-160.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. **Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar sobre sua produção Teórica Antes e Depois de Durban.** Revista Libertas - v. 13 n. 1 (2013): (jan. jul. 2013). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18261>. Acesso em: 13 abr. 2023.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e Questão étnico-racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão.** Sociedade em Debate (Pelotas), v. 27, n. 1, p. 83-100. jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2812>. Acesso em: 13 abr. 2023.

NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997.** In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (org). **Tirando a máscara - Ensaio sobre o racismo no Brasil.** São Paulo-SP: Editora Paz e Terra, S.A, 2000, p. 203-235.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: CFESS, Abepss, CEAD-UnB, 1999. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

RAICHELIS, Raquel; YAZBEK, Maria Carmelita; WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia. **Revista Serviço Social & Sociedade: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 136, p. 497-517, set./dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.191>. Acesso em: 13 abr. 2023.

ROCHA, Andréa Pires. **Assistente Social Maria de Lourdes Nascimento: Antirracismo e defesa da infância em 1940-1950**. Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 269-284, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-4158-754>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SABINO, Geruza; CALBINO, Daniel; LIMA, Izabel. **A trajetória dos movimentos negros pela educação: conquistas e desafios**. Linhas Críticas, 28, ed. 40739, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/40739/32698>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SANTOS, Maria Antonieta Rocha dos. **INTERSECCIONALIDADE(S): um não lugar na formação em Serviço Social**. Tese de doutorado. Florianópolis-SC, 2021.

SANTOS, Vivian. M. dos. **Para (Re)Pensar Política Científica No Brasil: Uma Contribuição Feminista Contra-Colonial**. CODESRIA - Council for the Development of Social Science Research in Africa. Vol. 46, nº 2, 2021, pp. 121-154.